



Instituto Superior de Educação Ivoti - ISEI



Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR:
GESTÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Fernanda dos Santos Paulo

**FORMAÇÃO DAS/OS EDUCADORES/AS
POPULARES DE PORTO ALEGRE FORMADAS/OS EM
PEDAGOGIA: IDENTIDADE, TRAJETÓRIA E DESAFIOS**

Porto Alegre, abril de 2010

FERNANDA DOS SANTOS PAULO

**FORMAÇÃO DAS/OS EDUCADORAS/ES POPULARES DE
PORTO ALEGRE FORMADAS/OS EM PEDAGOGIA:
IDENTIDADE, TRAJETÓRIA E DESAFIOS.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Popular: Gestão em Movimentos Sociais do Instituto Superior de Educação Ivoti e o Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Popular: Gestão em Movimentos Sociais.

Orientadora: Dra: Ana Claudia Figueroa

Porto Alegre, abril de 2010.

Aos meus filhos Thales Érick e Thaylor Osvaldo,
que souberam me perdoar pelas inúmeras
ausências pelas quais consegui chegar até aqui.

A AEPPA, que me ensinou o valor da perseverança
e comigo lutou, acreditou e sonhou por esse
momento.

AGRADECIMENTOS

Aos/as meus/minhas professores/as que acompanharam minha trajetória durante os dois anos, quando meu projeto de vida se efetivou mediante a convivência neste curso com cada educador/a, onde cada um/uma, com seu jeito, tem buscado construir um mundo melhor para a humanidade através da Educação Popular.

À AEPPA - Associação de Educadores Populares de Porto Alegre pelas aprendizagens em todas as dimensões, que a partir dela faz-me envolver com a luta pela formação de Educadores/as Populares ao lado do reconhecimento e valorização do trabalho com Educação Popular.

Ao “Brava Gente” que recebeu as educadoras/es oriundas da AEPPA acreditando que sonhar é possível e com isso passaram a sonhar coletivamente acolhendo as discussões no campo da formação docente em Educação Popular que por sua vez foi ganhando corpo neste trabalho.

Ao Instituto Superior de Educação Ivoti que estiveram presentes no processo de formação do grupo de Educadores/as Populares nos animando e incentivando a permanecer no curso e produzir trabalhos de qualidade.

Especialmente à minha querida orientadora, Dra. Ana Cláudia Figueroa que demonstrou um compromisso político e pedagógico com seu trabalho docente ao lado da sua amorosidade. Por seus projetos que me trouxeram aprendizagens significativas e pelo seu empenho na orientação deste trabalho, bem como pelo companheirismo, preocupação e seriedade.

A todos nós, educadores/as populares, que lutamos para a constituição deste curso e que a partir do trabalho coletivo e desafiador de escrever e permanecer neste projeto conquistamos o inédito-viável.

Aos demais orientadores/as pelo desafio de trabalhar com o sonho, esperança, experiências múltiplas e dificuldades em diferentes campos, sempre ao lado do compromisso político, ético e humano.

À Dra. Mérli Leal, que acompanhou rigorosamente nossa caminhada, que conosco sonhou, sofreu, sorriu e acreditou neste projeto.

À Dora e Mérli muito obrigada por estarem com a AEPPA na luta por uma universidade popular e comprometida com as classes populares.

As/os educadoras/es populares e sociais formadas em Pedagogia que participaram da minha pesquisa e por ousarem serem educadoras/es sérias/os com compromisso social.

Ao professor Dr. José Clóvis de Azevedo (IPA), por seu carinho, respeito e compromisso com a Educação Popular tendo esperança na construção de um mundo melhor. Por incentivar e acreditar nos meus sonhos, por ter me convidado a participar da pesquisa e estudo sobre escola cidadã e contribuído para que eu compreendesse, um pouco melhor, Marx e Gramsci. Por compartilharmos juntos os sonhos, ideias e formas de entender a vida dentro duma perspectiva emancipatória. Por ter estado ao meu lado, acompanhando, durante a graduação e pós-graduação através da nossa Pesquisa no IPA, também por abrir caminhos, em minha aproximação com a Ana Freitas (PUC).

À professora Dra Ana Freitas (PUC) por surpreender com sua alegria, seriedade e profundidade teórica no campo da Educação Popular, especialmente nas leituras de Paulo Freire.

Ao professor Dr. Jaime Zitkoski (UFRGS), que acompanhou de perto a construção deste sonho e leu meu projeto e trabalho final fazendo importantes e valiosas contribuições. Por surpreender com seu carinho, respeito, compromisso ao lado da alegria e profundidade teórica no campo da Educação Popular.

Agradeço ao professor Dr. Balduino Andreola que gentilmente, carinhosamente e pela militância aceitou participar da minha banca como avaliador deste humilde trabalho. Agradeço, também desde já pelas importantes contribuições que tem me dado a partir de leituras que tenho feito de suas produções.

Agradeço às/os professoras/os universitárias/os Jussara Loch (PUC), Conceição Paludo (UERGS), José Clóvis (Governo) e Patricia Dorneles (IPA) pelas contribuições, através de conversas e entrevista, a respeito do tema aqui abordado.

Ao Professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão pela contribuição solidária e competente a partir de diálogos por e-mail.

Ao coletivo de sócios (as) da AEPPA pelo privilégio da convivência na luta por

formação inicial e permanente e na construção de cursos e ou disciplinas do Ensino Superior que contemplem a Educação Popular.

Aos educandos/as e amigos/as da EJA por me ensinar muito sobre a arte de ensinar e aprender sobre o trabalho coletivo e a importância da teoria a partir da prática.

Aos/as funcionários/as da ATEMPA por seu profissionalismo e prontidão.

As Universidades: IPA, PUC e UFRGS que abriram suas portas para que eu pudesse aprofundar meus conhecimentos em Educação Popular.

Ao Paulo Freire que a partir de seus escritos pude qualificar meu trabalho como educadora popular.

Às educadoras da Escola de Educação Infantil São Francisco de Assis, por todos os apoios, confiança, respeito, alegria e por me acolher em seu grupo de trabalho ensinando-me na brilhante condução do processo educativo gestor na educação infantil em creches comunitárias.

Ao seu Maurício Quadros, presidente da Associação de moradores que mantém a creche a qual trabalho, pela amizade, garra e por ter apostado em meus sonhos e por sua admirável entrega às lutas do povo com seriedade, compromisso e generosidade.

Às (os) colegas e professoras/es da Pedagogia do IPA e da pós-graduação, que foram amiga/os e acompanharam minha caminhada na concretização deste projeto.

Aos meus amados filhos, Thales e Thaylor que estiveram ao meu lado em todos os momentos, os quais compreenderam todas as justificativas das ausências aos sábados e dias de semana que dediquei aos estudos e pesquisa. Por apostarem em mim em um momento tão importante e difícil.

Aos meus vizinhos/as, também amigos/as que ajudaram no cuidado dos meus filhos nos dias em que precisei.

As/os colegas e amigos (PUC, UFRGS e IPA) que participaram da minha pesquisa, disponibilizando seu precioso tempo para contribuir neste trabalho, especialmente ao Luis Pedro que colaborou com materiais.

À professora e vereadora Sofia Cavedon que tem em sua pauta de mandato a luta pela formação dos/as Educadores/as Populares junto a AEPPA, na busca da inclusão de todas as creches comunitárias de POA no FUNDEB, pela luta em prol da reabertura do curso de Pedagogia na UERGS entre outras lutas junto à/aos educadoras/es populares da capital gaúcha. Meu agradecimento especial por ter participado deste trabalho aceitando carinhosamente ser entrevistada mesmo estando de férias.

A minha querida madrinha, Rosa Selau, quem admiro por sua determinação e força. Por estar junta comigo em todos os momentos, acreditando em mim e me renovando esperanças. Por seu companheirismo.

Às Professoras de metodologia e pesquisa da Pós por suas leituras do projeto, suas excelentes correções e por ter me apontado importantes caminhos.

À minha mãe: Geni Selau e aos meus irmãos: Jaime e Fernando obrigado pelo carinho e apoio. Por estarem sempre disponíveis para mim e meus filhos. Obrigada por nunca desistirem de mim, por causa disto renovo, cotidianamente, o sonho e a esperança de dias melhores.

Aos/às examinadores/as da banca pelas contribuições.

Numa perspectiva realmente progressista, democrática e não – autoritária, não se muda a ‘cara’ da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente.

(Paulo Freire, A Educação na Cidade).

RESUMO

Estudo realizado sobre a trajetória, desafios e historicidade das/os educadoras/es populares articuladas/os na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA. A pesquisa apresenta um diálogo com as referências no campo da Educação Popular, pontuando a trajetória da formação das/os educadoras/es populares em Porto Alegre/RS, referendada pela Educação Popular, na perspectiva de explicitação das expectativas das educadoras e a profissionalização de sua atuação enquanto trabalho com dimensão educativa. Apresenta uma abordagem à história da AEEPA e alguns elementos e categorias que viabilizaram o acesso e permanência dessas/es educadoras/es no Ensino Superior e correlaciona esta condição de acesso à percepção da trajetória já feita. Explicitam, através da coleta de expectativas de educadoras e educador, as percepções da primeira turma de formadas/o nos cursos de pedagogia resultado de parceria entre a AEPPA e a UERGS, PUC-RS e IPA.

Palavras chaves: Formação de Educadores/as Populares - Política Educacional – Movimento Social - Educação Popular – Identidade - Trabalho

LISTAS DE ABREVIATURA

AEPPA – Associação de Educadores Populares de Porto alegre

CF – Constituição Federal

CMDCA – Conselho Municipal da Criança e Adolescente

CONARCFE – Encontro Nacional da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores.

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

EJA – Alfabetização de Jovens e Adultos

EP – Educação Popular

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

IES – Instituições de Ensino Superior

IPA– Instituto Porto Alegre

LDBN – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

LBA – Lei Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MOVA – Movimento de Alfabetização

ONGS – Organizações não - governamentais

OP – Orçamento Participativo

PP – Pesquisa Participante

PPP – Projeto Político Pedagógico

PT – Partido dos Trabalhadores

POA – Porto Alegre

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SASE – Serviço de Atendimento Sócio Educativo em meio aberto

SMED – Secretaria Municipal de Educação

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. EDUCAÇÃO POPULAR – TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM PORTO ALEGRE	17
2. AEPPA: TRAJETÓRIA PELA BUSCA POR FORMAÇÃO DOCENTE DAS/OS EDUCADORAS/ES POPULARES	31
3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EDUCAÇÃO POPULAR FRENTE AOS DESAFIOS	45
4. ACESSO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE PROFESSORES/AS E EDUCADORES/AS POPULARES.	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

A conscientização é um compromisso histórico (...), implica que os homens assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (...), está baseada na relação consciência-mundo". (Paulo Freire, 1967¹).

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre o processo da constituição da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA desde a década de 90, associação esta que a pesquisadora faz parte como militante e sócia. Neste contexto analisa a trajetória de algumas educadoras/es populares que concluíram sua formação em nível superior no curso de Pedagogia nas instituições IPA, UERGS e PUC dando ênfase ao eixo formação e trabalho².

Este estudo representa um desejo na expectativa de explicitar a existência da AEPPA no contexto das políticas voltadas para a formação docente. É também o primeiro produto de uma caminhada que pretende seguir como objeto de estudo da pesquisadora em outros níveis de estudo. Analisar alguns elementos que transversalizam a história e o debate sobre formação de professores/as tomando como referência a percepção do trabalho desenvolvido por educadoras/es populares entrevistadas e entrevistado. Esta delimitação se insere no campo da Educação Popular e busca explicitar a relação da formação docente em nível de Ensino Superior e as expectativas de crescimento profissional presente no discurso sobre si das entrevistadas e do entrevistado.

¹Educação como prática da liberdade, primeiro livro publicado pelo Paulo Freire, cujas idéias centrais são da sua tese: "Educação e atualidade brasileira", defendida em 1959.

² Trabalho dentro de uma concepção da educação popular, cuja relação está na e com a educação e com o mundo do trabalho.

A associação de Educadores Populares de Porto Alegre - AEPPA é uma instituição que tem como finalidade a busca por formação dos educadores (as) populares nos diferentes níveis: fundamental, médio, médio técnico e superior. Constitui uma organização de garantia de qualificação de profissionais que atuam na educação infantil e em programas diversos de apoio sócio-educativo (trabalho educativo, oficinas, educação de jovens e adultos, abrigos, educação de rua, e outros espaços não escolares).

Este movimento de Educação Popular busca, na formação docente, articulação e parceria de educadoras de Movimentos Sociais focadas no desejo de formação inicial e permanente para qualificar o trabalho educativo realizado nas instituições comunitárias de Porto Alegre em que atuam.

A influência que as nossas dificuldades econômicas exercem sobre nós, como podem obstaculizar nossa capacidade de aprender, ainda que careçam de poder para nos “emburrecer”. O contexto teórico, formador, não pode jamais, como às vezes se pensa ingenuamente, transformar-se num contexto de puro fazer. Ele é, pelo contrário, contexto de *que-fazer*, de práxis, quer dizer, de prática e de teoria. (FREIRE: 1997^a, p.71)

Sendo assim, o objeto do presente trabalho é a explicitação da percepção de qualificação da atuação profissional que educadoras/es populares, desde seu próprio olhar, e como percebem os conflitos, dificuldades e conquistas em sua formação tendo como ponto de partida o lócus de trabalho.

O objetivo é uma investigação sobre a contribuição da formação de graduação em pedagogia na perspectiva de qualificação da atuação profissional, tendo como base o próprio discurso sobre si. Este objetivo traça algumas metas específicas: (1) identificar a AEPPA enquanto articulação de educadoras populares; (2) Identificar como educadoras e educador, como grupo de referência, que terminaram a graduação em pedagogia nas parcerias da AEPPA, percebem a contribuição da formação em seu desempenho profissional; (3) Contribuir para o processo de documentação formação da trajetória da educação popular na cidade de Porto Alegre na última década.

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia a ser adotada tem sua referência, por um lado, na historiografia, em seu aspecto específico de construir uma narrativa que associe elementos sociais, organicidade social, instrumentos normativos

e sujeitos interagentes. De Certeau (1982) considera a operação historiográfica como uma relação entre um lugar, percebido de maneira abrangente como recrutamento, meio ou ofício, procedimentos de análise e construção de um texto. O discurso historiográfico, segundo De Certeau, é construído sobre um passado que existe objetivamente com acesso mediado pelo documento escrito. Mas o discurso também é perpassado pelas questões vividas pelo historiador. Assim a historiografia é uma forma de conhecimento e escrita que se situa no limiar entre a ficção e a realidade em algum lugar entre a subjetividade e a objetividade.

Por outro lado, esta abordagem pressupõe uma aproximação metodológica sustentada na observação participante, sustentada nas proposições de Carlos Rodrigues Brandão (1981 e 1984).

Através da observação, diálogos (entrevistas) e presença documental, sócios/as da AEPPA contribuíram e delinearão as escolhas feitas para utilização de material para presente pesquisa: 12 educadoras/or participantes da associação: (1) Quatro Educadores/as Populares formados pela PUC; (2) Quatro educadores /as populares formados pelo IPA; (3) Quatro Educadores/as Populares formados pela UERGS.

A história do Movimento das/os educadoras/es na busca pela formação em nível superior e os desdobramentos destas conquistas tem um percurso cheio de possibilidades interpretativas. Na presente pesquisa o enfoque será os desafios, organizações, dificuldades, limites e identidade da relação das educadoras populares e a compreensão do trabalho profissional. A história da AEPPA constitui tecitura com as histórias de vida das/os educadores/as pesquisados/as neste trabalho, resultando esta pesquisa uma contribuição para sua trajetória à frente como articuladora de educadores e educadoras populares.

O processo histórico que permeia a Educação Popular em âmbito não escolar, na capital gaúcha, tem na presente pesquisa uma contribuição que explicita a relação de formação de Educadoras/es Populares que trabalham nas instituições comunitárias de Porto Alegre e publicizar a história da AEPPA como promotora de luta pelo acesso a universidade por meio de um movimento popular organizado.

Nesta monografia, juntamente com a intencionalidade propositiva da pesquisa necessária a socialização do que está acontecendo na cidade de Porto Alegre no campo da Educação Popular está o objetivo geral, bem como os objetivos específicos no intuito de contribuir com o debate da formação docente para Educadoras/as Populares. Assim, identificar a trajetória, desafios e identidade das/os educadoras/es populares formados (as) nos cursos de Pedagogia das instituições: IPA, UERGS e PUC, através da Pesquisa Participante (PP), através dos resultados desta pesquisa, é uma contribuição para o fortalecimento e concretização dos fundamentos teóricos, éticos, político e filosóficos que embasam a Educação Popular nos cursos de formação docente.

Para realizar a pesquisa, foi feito primeiramente um levantamento e um estudo dos materiais da AEPPA referente ao tema deste trabalho, bem como estudo bibliográfico sobre a temática a ser trabalhada. Este enfoque da educação popular procura compreender que saberes de experiência-feito estão presentes na trajetória de consolidação de formação docente, os seus valores, contradições e conflitos entre os/as sujeitos envolvidos neste processo. Para tanto foi desenvolvido um trabalho dialogado com as histórias de vida dos/as educadoras/es que participaram deste trabalho. A idéia de dar ênfase na formação dos/as educadores/as populares, oriundos da AEPPA, que formaram-se nos cursos de Pedagogia das instituições: IPA, PUC e UERGS foi abordada a partir da categoria conceitual *Trabalho*.

A intenção dessa pesquisa foi estudar a trajetória e identidade do/a educador/a Popular formado/a em Pedagogia e com essa escolha necessariamente se fez necessário trabalhar o contexto dessa historicidade que advém de um movimento popular, neste caso a AEPPA. Num primeiro momento deu-se o estudo da associação, leituras dos documentos, observações e coleta de relatos. Após esses dados enviei as educadoras/es o instrumento de pesquisa semi-estruturada, para que depois pudesse realizar uma conversa participativa, Pesquisa Participante. Foram analisados também vídeos, fotos, entrevistas, conversas registradas em ATAS da AEPPA, sendo este estudo considerado uma forma de pronunciar o mundo de um grupo de educadoras/es populares.

Na entrevista, foram selecionados como sujeitos quatro educadoras/es de cada

instituição, entendendo que por meio desses/as educadores/as pudesse ter uma representatividade das turmas de Pedagogia que trabalham com educadores/as populares. Foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada com 40 perguntas, sendo que uma delas era descritiva. Esse processo permitiu que educadoras/es entrevistados/as pudessem responder de acordo com suas experiências e história de vida. As respostas responderam algumas das minhas inquietações que, ao longo deste trabalho percebi que essas inquietações não eram somente minhas, mas coletivas. A entrevista partiu de questões específicas da vida do/a educador/a tanto pessoal como profissional (identidade, trajetória e desafios)

Os diálogos foram realizados desde o mês de dezembro de 2009 até meados de fevereiro de 2010. As observações e conversas informais foram realizadas nas reuniões da Associação, na sala de aula³ do curso de Pós-graduação e em outros espaços. Essa metodologia de pesquisa investigativa (teórico + ação) esteve permeada pelo diálogo, problematização e descoberta.

Sendo assim, o presente trabalho foi construído em quatro capítulos, nos quais foram contextualizadas questões referentes à Educação Popular na formação docente. O capítulo 1 discute o contexto e a trajetória da busca por formação para educadores/as populares, enfatizando as lutas reivindicatórias e algumas das conquistas a partir da organização popular. O segundo capítulo se refere aos processos organizativos da Associação de Educadores Populares – AEPPA, trazendo como eixos centrais a participação e gestão. O capítulo 3 traz o percurso da AEPPA até o acesso das Educadoras à Universidade, contando de forma breve a história do curso de Pedagogia no Brasil e por último fala dos cursos da UERGS, PUC e IPA. Capítulo 4 Apresenta os dados coletados e os analisa a partir dos objetivos desta monografia.

³ Faz-se necessário contextualizar o espaço aqui mencionado como “sala de aula”, mas que foi um espaço constituído a partir da parceria do “Brava Gente” e “ATEMPA”. O local cedido é o espaço de reuniões e assembleias realizadas pela ATEMPA. Nesse sentido esse espaço se caracteriza como lugar de encontros onde se discute no “círculo de cultura” temáticas que abordam a Educação Popular.

1. EDUCAÇÃO POPULAR – TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM PORTO ALEGRE

Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância. Refletir portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (...) Nesse sentido, a Educação Popular de corte progressista, democrático, superando o que chamei, na Pedagogia do Oprimido, educação bancária (...). (FREIRE, 2001 a, p.16)

A trajetória da AEPPA e os fatos históricos que a relacionam com a proposta de educação superior na capital gaúcha aparecem como foco principal no presente capítulo. A Educação Popular, segundo Carlos Rodrigues Brandão (1981) começa na década de 60, quando uma nova proposta a respeito da cultura popular surge no Brasil e se difunde por uma vasta parte da América Latina. Nos seus primeiros documentos, ela se apresenta como uma alternativa pedagógica de trabalho político que parte da cultura e se realiza através da cultura, especialmente da cultura popular.

Associada aos primeiros movimentos de cultura popular em várias regiões do Brasil, este movimento institui idéias que permanecem visíveis em várias experiências atuais de Educação Popular na América Latina. A Educação Popular, portanto, para Brandão (2001) foram “as propostas e as iniciativas concretas do que veio ser a ser chamado, anos mais tarde, educação popular não se originaram de uma fonte social única: o estado ou a sociedade civil”.

Assim, as práticas e locais compreendidos como Educação Popular alteraram-se historicamente, ou seja, a Educação Popular nas décadas de 50 e 60 não é a mesma das décadas subsequentes.

A Educação Popular ligada diretamente com a concepção da educação libertadora tem como um dos referenciais no Brasil, o educador Paulo Freire. As discussões e propostas de Educação Popular nascem da década de 50 a 70, sendo instrumento para

emancipação das classes populares. Segundo ZITKOSKI (2001), Freire está na origem da Educação Popular enquanto paradigma latino-americano. Foi um dos pioneiros a problematizar os desafios concretos que impulsionaram a articulação de lutas organizadas a partir de Movimentos Populares em direção à transformação das realidades sociais opressoras. Nomeada como Práxis Transformadora, os movimentos sociais agrupam inúmeros líderes, intelectuais e educadores visando à emancipação social.

Paulo Freire valorizava as experiências e o diálogo como princípio político-pedagógico. É a condição própria, comprometida e amorosa para a realização de um trabalho que se diz de educação popular, é, portanto, “a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo” (Zitkoski, 2008: p.130). Nesse sentido, a palavra torna-se uma ação de busca por libertação que se trabalhada e vivenciada com respeitabilidade está comprometida com o processo de humanização.

Assim, a entidade a ser apresentada, a AEPPA, caracteriza-se por ser oriunda de um movimento popular, que segundo Brandão (1986) é uma forma “de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo” (p.93 e 94) Esse movimento popular, organizado em forma de associação representa a busca pela emancipação de uma classe trabalhadora: as/os educadoras/es populares, demarcando a constituição desta um marco local de denúncia, utopias, lutas e desafios em prol de uma outra educação possível: Educação Popular como proposta para formação docente. Segundo Freire, “a utopia implica essa denúncia e esse anúncio” (1997b, p.47), entende-se assim, que a AEPPA no processo de mudança perpassou pelo ato de denunciar e anunciar novas formas de fazer Educação Popular o que tem influenciado no debate sobre Formação docente na cidade de Porto Alegre.

A classe trabalhadora na educação comunitária de POA (educadoras/es populares) se distingue da classe trabalhadora do magistério municipal, por muitos motivos, dentre eles: distinção de salário, vínculo empregatício, carga horária de trabalho, formação específica, etc. Uma das diferenças mais importantes está no campo da formação, pois as educadoras/es populares não necessariamente precisam, por exemplo, ter o curso normal e ou pedagogia para atuarem na educação infantil nas creches conveniadas com a SMED, e sim ter no mínimo o curso de “Educador assistente” e ensino fundamental, priorizando o ensino médio. As/es educadoras/es do MOVA e SASE também não necessitam de curso específico, apenas o ensino médio completo. Deve-se salientar que

independente da formação do/a educador/a popular o salário e ou ajuda de custo são de mesmo valor.

Essa classe social e profissional está associada à luta pela formação e reconhecimento do trabalho exercido por estas/es Educadores/as Populares que normalmente são consideradas tias ou tios e não educadores/as. No entanto para compreender o contexto histórico do trabalho deste grupo se faz necessário estudar os limites, impasses e desafios desses/as trabalhadoras/es no âmbito da educação não escolar que possui convênio com o poder público.

Para Paulo Freire o trabalho humaniza e, ao realizá-lo, os homens e a mulheres se humanizam. Assim, a busca por formação através de um movimento social resulta de um conjunto de relações sociais que a partir de diversos movimentos coletivos conquistou avanços no que tange a construção de uma nova pedagogia. Para tanto, busca-se conquistar dialogicamente e coletivamente uma pedagogia revolucionária que minimamente dê conta da realidade educacional e social a qual educadores/as trabalham. É por isto que para o Movimento “aeppano” a participação é instrumento balizador na construção de um projeto de curso. Nesse viés, os avanços são resultados de pesquisa coletivo-participativa, estudo, lutas e conflitos, por isso o trabalho na construção de um novo projeto de curso é um processo de humanização.

A tentativa de reduzir a *professora* à condição de *tia* é uma “inocente” armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de *adocicar* a vida da professora o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais. (...)um discurso que nega a existência das classes sociais, seus conflitos, e a prática política em favor exatamente dos poderosos. (FREIRE: 1997b, p.18)

Focalizando essa temática ao campo da Formação de educadores/as far-se-á priorizar os eixos “conscientização”, “currículo”, “classe social” e “ideologia” para que se possa compreender a caminhada das/os educadoras/es populares na busca pela formação docente como trabalhadores/as e militantes.

Diante desse contexto a luta pela construção de “inérito-viáveis” tem pautado-se a partir da leitura dessas diferentes realidades, cujas interpretações, reconstruções coletivas e contextualizadas tornam-se compromisso político e pedagógico na construção de sonhos possíveis, entendendo que a tarefa do/a educador/a popular é o de desenvolver novas possibilidades, pedagogias e práticas, negando, assim o “blábláblá autoritário e sectário” (Freire, 1997b, p.20) do discurso neoliberal e fatalista daqueles que desacreditam na transformação e na esperança.

Por essas razões as Educadores/as Populares começaram desde a década de 90 a refletir sobre a sua ação pedagógica e política, e percebendo que necessitavam da formação para qualificar seus respectivos trabalhos uniram-se para debater sobre que formação necessitavam, para que, como e a favor de quem.

O que me parece finalmente impossível, hoje como ontem, é pensar, mais do que pensar, é ter uma prática de educação popular em que, prévia e concomitantemente, não se tenham levado e não se levem a sério problemas como: que conteúdos ensinar a favor de quem ensiná-los, a favor de quem, contra quem, contra quem. Quem escolhe os conteúdos e como são ensinados. Que é ensinar? Que é aprender? Como se dão as relações entre ensinar e aprender? Que é o saber de experiência feito? Podemos descartá-la como impreciso, desarticulado? Como superá-la? Que é o professor? Qual seu papel? E o aluno, que é? E o seu papel? Não ser igual ao aluno significa dever ser o professor autoritário? É possível ser democrático e dialógico sem deixar de ser professor, diferente do aluno? Significa o diálogo um bate-papo inconseqüente cuja atmosfera ideal seria a do “deixa como está para ver como fica”? Pode haver uma séria tentativa de escrita e leitura da palavra sem a leitura do mundo? Significa a crítica necessária à educação bancária que o educador que a faz não tem o que ensinar e não deve fazê-lo? Será possível um professor que não ensina? Que é a codificação, qual o seu papel no quadro de uma teoria do conhecimento? Como entender, mas, sobretudo viver, a relação prática-teoria sem que a frase vire frase feita? Como superar a tentação basista, voluntarista, e como superar também a tentação intelectualista, verbalista, blablablante? Como trabalhar a relação linguagem-cidadania? (FREIRE: 1997b, 69)

A AEPPA desenvolve sua prática como Movimento Social sustentada nestas provocações. A busca das indagações coletivas permeia-se pelo ato de dialogar e discutir para que educadores/as ganhem “confiança em si ou a aumentar o grau de confiança em que já sabem”. (FREIRE: 1997b, p.69)

No início, “não pensava-se na valorização e reconhecimento” (AEPPA) deste/a profissional como justificativa da busca por formação, mas sim o fato de que a formação profissional nos moldes da Educação Popular se fazia prioridade para que o atendimento às comunidades fosse qualificado. A “consciência de classe” (FREIRE: 1987, p.84) foi um passo para a busca revolucionária para aquela demanda(formação), pois a necessidade dessa classe foi ganhando clareza quanto as suas possibilidades de luta e conquista passando a se constituir como bandeira de luta coletiva cujo instrumento balizador foi o diálogo compartilhado e solidário. Assim, “significando à união dos oprimidos a relação solidária entre si, não importam os níveis reais que se encontrem como oprimidos, implica esta união, indiscutivelmente, numa consciência de classe” (FREIRE: 1987, p.100).

A abordagem da Educação Popular como “uma concepção que associa os processos educativos à ação política e social das classes subalternas com vistas à transformação social” (PALUDO: 2001, p. 96) foram desde o início a justificativa da

organização das educadoras/es, cuja bandeira de luta estava conectada com as práticas concretas no campo da Educação Popular e política na cidade de Porto Alegre. A chave para as construções coletivas nos debates e conversas é constituída pelo diálogo crítico, escuta problematização, pesquisa e registro⁴, buscando “superar uma compreensão fatalista de nossas situações, de nossos contextos. Superar um entendimento fatalista da história necessariamente significa descobrir o papel da consciência da subjetividade da história” (FREIRE, 2001b, p.37).

Diante desse contexto, a educação infantil, educação de jovens e adultos (especialmente o MOVA) e demais programas de cunho comunitário em Porto Alegre serão abordados neste capítulo trazendo a contribuição das gestões da Administração Popular na Secretaria Municipal de Educação pautando-se para os eixos norteadores deste trabalho: Educação Popular, Formação e Trabalho. A partir de uma breve síntese de cada período espera-se alcançar um dos objetivos deste trabalho que é contar a trajetória da AEPPA e seus sócios/as na busca por formação de Educadores/as Populares em nível superior e respectivamente a valorização e reconhecimento profissional desses/as educadores/as.

Início com a gestão municipal da secretaria de educação do município do Porto Alegre de Esther Grossi (1989 a 1992⁵) foi demarcada pela caminhada desafiadora na construção de uma escola para classes populares com melhor qualidade no âmbito pedagógico trazendo o “construtivismo” como referência teórica no currículo escolar. Após essa gestão, Nilton Fischer⁶ e Sonia Pill (1993 a 1996) assumem a SMED como secretários, cujo momento foi marcado pela construção de uma “escola contra-hegemônica voltada aos interesses populares” (2004, p.138 Machado e Mello). O Professor José Clóvis de Azevedo foi secretário adjunto de educação de Porto Alegre no período 1993 a 1996, cuja prefeitura era governada por Tarso Genro e Raul Pont. Em relação ao movimento Educação Popular esse período representou ser um marco histórico no que tange às discussões sobre os seguintes projetos: Escola cidadã, “Constituinte Escolar” e “Escola ciclada”.

O professor José Clóvis gestionou a secretaria Municipal de Educação como secretário no período de 1997 a 2000, dando continuidade ao processo anterior cuja

⁴Como ação que leva a reflexão crítica do fazer pedagógico, desde que seja realizado com rigorosidade metódica.

⁵Primeiro governo do PT, Olívio Dutra.

⁶ Fisher ficou um pequeno período, 10 meses, no ano de 1993. Logo após assume Sônia Pilla Vares e José Clóvis de Azevedo torna-se secretário adjunto de educação de Porto Alegre (1993 a 1996).

marca estava na gestão democrática. O destaque para sua gestão está na ênfase na questão curricular através da implementação da escola organizada por ciclos de formações, processo de democratização da escola e da gestão como um todo principalmente enfatizando a democratização do acesso ao conhecimento e permanência. Foi nesse período que surgiu o Orçamento Participativo – OP da Secretaria Municipal de Educação – SMED, onde as escolas construíam projetos junto às comunidades escolares. Outro ponto a ser destacado é a continuidade à política de formação docente, bem como a estruturação e implementação do projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de Porto Alegre) em Porto Alegre. Também destaca-se a elaboração da proposta da escola de nível médio, curso normal para Educadores/as Populares trabalhadores/as na rede conveniada com a SMED.

Elizer Pacheco (2000-2002) tem em sua gestão contribuição para articulação do Fórum Mundial de Educação e iniciou a discussão sobre Cidade Educadora. Na Gestão de Sofia Cavedon (2003-2004) os cursos na Modalidade Normal-Magistério nas duas escolas de Ensino Médio existentes na Rede Municipal de POA, para atender à demanda de educadoras/es populares, tidos como leigas/os de creches comunitárias e/ou outros programas desenvolvidos em instituições comunitárias /benéficas conveniadas com o município foi prioridade em sua gestão enquanto secretária de educação. Teve como pressuposto básico a formação de educadores populares, pautando-se nos referenciais da Escola Cidadã, expresso nos eixos da Educação Popular tendo como teórico principal o Paulo Freire. Frisa-se que o trabalho da Sofia deu continuidade aos processos gestionários anteriores.

Em março de 2004, a secretária adjunta Maria Fátima Baierle assume a secretaria dando continuidade ao trabalho anterior. De 1994 a 1996 a educação passa a ser discutida e refletida com o objetivo de pautar e construir uma educação democrática, popular e contra-hegemônica. Daí surge os projetos: “Escola “cidadã”, “Constituinte Escolar”, “Conselhos Escolares (lei em 1993)” , “Eleições de diretores”, etc.

Nesses tempos a educação infantil, em Porto Alegre, teve um processo que envolveu os Movimentos Sociais e diferentes sujeitos na luta pelo acesso das crianças nas creches e pré-escolas. Segundo Azevedo (2007: 226): “em 1990, as creches comunitárias administradas pela Secretaria da Saúde foram transferidas para a responsabilidade da SMED” (p.226), dando início a trajetória da educação infantil na cidade de Porto Alegre.

Nesse movimento, na organização local estava o movimento Nacional na Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8069/1990), que se tornava um referencial legal de proteção integral da criança e do adolescente, iniciando-se em Porto Alegre (1993) a implantação dos primeiros Conselhos Tutelares com grande discussão em torno da temática da educação, principalmente na área da educação infantil. Foi em 1993⁷ que deu-se o processo inicial de conveniamento das creches comunitárias junto a SMED, cujo momento é permeado pela parceria do município de Porto Alegre com a sociedade civil junto aos movimentos sociais, resultado da mobilização popular.

Com o fechamento da Legião Brasileira de Assistência – LBA que auxiliava as creches e lares vicinais, mantidas por entidades comunitárias, com repasses financeiros e com gêneros alimentícios, as creches perderam os recursos advindos daí. A LBA junto às associações comunitárias iniciou uma caminhada reivindicatória na busca de uma alternativa para o atendimento das crianças.

Muitas das creches não podiam dispor de profissionais preparados para atuar por falta de recursos financeiros que arcassem com pagamento de pessoal qualificado, contavam então, com algumas mães voluntárias, que trabalhavam com as crianças, muitas vezes em troca da alimentação para seus filhos e filhas que também frequentavam estes locais.

Os primeiros responsáveis pelo cuidado e guarda das crianças, na década de 90, foram às mulheres e algumas lideranças comunitárias que tinham uma forte preocupação e vínculo com as crianças as quais cuidavam. Essas educadoras, percebendo a tamanha demanda por espaços educativos não escolares, organizaram-se, articuladas pelo conselho tutelar da região Glória, com base nos artigos 86 e 87 do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/90), com os familiares das crianças que frequentavam as creches, com objetivo de reivindicar pelos direitos estabelecidos na lei. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e demais Conselhos Tutelares (CT) da cidade aderiram à proposta. A administração Popular, o conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), as instâncias do Orçamento Participativo, as lideranças comunitárias e os movimentos sociais organizados construíram a proposta que seria imediatamente praticada: os convênios com as creches comunitárias. (AZEVEDO:

⁷ O conveniamento das creches comunitárias foi formalizado em janeiro de 1994, assinado na Gestão da secretária Sonia Pilla Vares. (segundo entrevista com José Clóvis de Azevedo)

2007, p.229)

Esses convênios entre prefeitura e movimentos sociais que mantinham as creches estabeleciam um repasse financeiro às instituições por parte do governo municipal e o valor estabelecido dependia do número de crianças atendidas na instituição. O Papel da SMED, além do repasse financeiro também era o de assessorar pedagogicamente as creches comunitárias, tanto na formação das/os educadoras/es como nas questões administrativas. As educadoras/es que trabalhavam nas creches comunitárias não possuíam formação específica para o trabalho educacional com crianças desta faixa-etária.

Segundo o documento que estabelece o convênio a respeito da formação das educadoras/es populares cabe a SMED prestar assessoria “político- pedagógico-administrativo, através de planejamento conjunto, de forma sistemática, por meio de assessores da SMED” bem como, viabilizará e organizará “espaços para a implementação da política de formação permanente, através da Assessoria Pedagógica, em parceria com a Entidade”. (MINUTA CONVÊNIO SMED/2004)⁸. Essa parceria: Prefeitura e Sociedade civil estabeleceu “uma cooperação concreta entre Poder Público Municipal e as entidades mantenedoras” (Azevedo, p.229) das creches comunitárias.

O resultado destes movimentos foram que 1994 quarenta entidades foram conveniadas, três anos depois já se contava com setenta creches sendo que “ a partir do ano de 1996, as creches para convênio passaram a ser indicadas pelo OP/cidade, ampliando o processo de participação popular” (Azevedo, p.230). Em 2002 o número quase duplicou, pois “eram 120 creches comunitárias conveniadas, atendendo cerca de 8.350 crianças” (AZEVEDO, p.230). Atualmente há 196 creches conveniadas (dados da SMED, 2010) e 860 educadoras populares sem formação, ainda, em nível superior (dados da SMED⁹).

Desta forma, o trabalho das educadoras/es populares passava por um momento transitório, onde de um lado estas/es começavam a sentir a necessidade da formação docente e de outro percebiam que não possuíam condições de qualificarem-se para o trabalho desenvolvido em ambiente não formal de educação porque não havia curso específico para tal demanda. Outro problema era a falta de condições financeira para

⁸ Minuta que demarca a re-escrita/ reformulação do convênio durante a Gestão da secretária de Educação Sofia Cavedon.

⁹ Dados passados por telefone.

custear os estudos.

Depois de instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) que define a Educação Infantil como etapa da educação escolar (art.21) e conforme o artigo 29 que traz a educação infantil como “primeira etapa da educação básica”, somado a reflexão sobre o artigo 62 educadores/as envolveram-se no movimento pela formação inicial e continuada.

Estava aí, portanto, posto o desafio da formação inicial e permanente das/os educadoras/es que desenvolviam um trabalho educativo em espaço educacional não-escolar. A partir do convênio percebeu-se o olhar do poder público para formação dos/as educadoras/es populares que trabalhavam nas creches comunitárias, mas foi desde 1990 que um grupo de mulheres (sua maioria da região Glória) já movimentavam-se na busca de alguma alternativa para tornarem-se profissionais, não mais “tias” como eram reconhecidas.

Portanto, mesmo com o Convênio: Creches Comunitárias e SMED as/os educadoras/es percebiam que a formação recebida através da parceria se tornava insuficiente, o que resultara em novas movimentações: algumas educadoras da região Glória não sentiam-se satisfeitas apenas com a formação pedagógica em trabalho. Essa inquietação com a falta de mais formação fez com que um grupo iniciasse um novo debate sobre as temáticas resultadas de situações-limites.

Ocorria também que educadoras/es e ou militantes ampliavam seus olhares para o trabalho educativo prestado a comunidade, passando a reunirem-se para discutir, também os problemas percebidos em seus trabalhos. Foi assim que um grupo de educadoras/es e ou militantes que trabalhavam nas creches ou militavam em movimentos sociais foi observando que apesar duma significativa parcela das crianças (0 a 6 anos) estarem sendo protegidas em espaço educativo as crianças em idade escolar (dos 7 aos 14 anos) não possuíam um espaço pedagógico em horário extra-escolar.

Educadores/as que já compreendiam a importância e necessidade da formação docente para a qualidade deste trabalho, perceberam também através da prática que as crianças na creche estavam protegidas, mas ao ingressarem no ensino fundamental, em seu turno inverso as mesmas ficavam a mercê da sorte, logo sujeitas a todos os riscos sociais graves. Assim, iniciou um movimento em prol dessa parcela da comunidade, bem como a preocupação com o suporte pedagógico para trabalhar com essa realidade

educacional que não era escolar. Ao lado desses debates, estava a necessidade da formação tanto inicial quanto permanente que contemplasse o contexto do trabalho desenvolvido nas instituições comunitárias no âmbito da educação não escolar, trazendo, portanto a necessidade de um currículo inovador, real e significativo.

Assim, novamente, educadoras/es baseadas/os nos artigos do ECA, os quais foram suporte na luta por creches, e reivindicação por formação iniciaram uma nova caminhada: voltaram a mobilizar-se na luta pela ampliação do atendimento de crianças de sete a quatorze anos, já pensando nos adolescentes até dezoito anos. Nessa demanda as/os educadoras/es já perceberam os desafios para o trabalho nestes espaços, e um dos desafios seria de como trabalhar com crianças em idade escolar em ambiente não-escolar utilizando-se de um currículo inovador, e para tanto, mais uma vez as/os educadoras/es percebiam a tamanha urgência da formação docente nos moldes dessa realidade.

Em 1997, terceira gestão da administração popular, surge à preocupação com jovens e adultos que não sabiam ler e escrever, criando assim o MOVA (Movimento de alfabetização) de jovens e adultos de Porto Alegre que também possuía uma organização parecida com a das creches comunitárias, pois funcionava por meio de convênios com instituições comunitárias. O local e a turma eram compostos pela entidade, o/a educador/a também indicado/a por ela que por sua vez recebia uma ajuda de custo e formação pedagógica inicial e continuada mais assessoria semanal pela SMED.

O MOVA que objetivava alfabetizar jovens e adultos na perspectiva da qualidade social, constituiu-se “num esforço coletivo, enraizado nas comunidades” (2001, CADERNO nº. 22), sendo a Educação Popular referência teórica do MOVA – POA.

Quanto aos/as Educadores/as Populares que desenvolviam atividades pedagógicas no MOVA deveriam ser referência na comunidade em que a turma seria implantada, logo deveriam ser conhecedores/as da realidade local. Por conseguinte, esses/as educadores/as eram indicados/as pela entidade que mantinha convênio com a SMED, cuja formação destes/as dava-se em âmbito local, iniciando com um curso inicial e permanecendo com encontros semanais, somados a seminários.

Assim, mais uma vez a região Glória, a partir desses movimentos de educação não escolar com seus educadores/as leigos/as e demais movimentos sociais lutaram pela importância também da formação dos/as educadores/as do MOVA, bem como do SASE,

que primeiramente era chamado de extraclasse, hoje denominado Serviço de Atendimento Sócio Educativo em meio aberto – SASE. Posteriormente foram implantados programa educativo para adolescentes dos 14 anos aos dezoito incompletos, cujo projeto denomina-se “Trabalho Educativo”, objetivando apresentar, preparar e debater o mundo do trabalho e também os valores éticos e morais de nossa sociedade, na conformidade da Constituição e o ECA. Esses educadores/as somaram-se na luta por formação.

Nessa direção, a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre - AEPPA surge neste contexto entre leis, proposta política municipal e federal e movimentos sociais. Naquele período percebia-se a necessidade de um trabalho voltado para formação docente ao lado de um forte debate em relação às questões políticas e sociais que demarcavam o contexto da década de 90.

Formalmente a AEPPA nasceu no dia vinte e quatro de junho de 2000¹⁰, tendo como finalidade a busca por formação dos educadores (as) populares¹¹ de Porto Alegre nos diferentes níveis: fundamental, médio e superior, buscando assim uma organização na perspectiva da garantia de qualificação destes (as) profissionais, que atuam na educação infantil e em programas de apoio sócio-educativo (trabalho educativo, oficinas, educação de jovens e adultos, abrigos, educação de rua, e outros espaços não escolares). Essas Instituições que exercem trabalho direto com crianças e adolescentes são classificadas como: “Programas de Atendimento Direto”¹², já quanto a AEPPA ela classifica-se como Entidade de Programa de Atendimento Indireto por desenvolver suas atividades com as educadoras/es e não diretamente com crianças e adolescentes. Entretanto, ambas são vinculadas ao Conselho Municipal dos direitos da Criança e do adolescente (CMDCA).

Em Porto Alegre, estas instituições não governamentais cadastradas no CMDCA, atendem por meio de convênios com o poder público aproximadamente 30.000 crianças,

¹⁰ A AEPPA desde 1996, já buscava a organização dos/as educadores/as que atuavam nas diferentes entidades não Governamentais de Porto Alegre.

¹¹ Os/as Educadores/as Populares são mediadores e conhecedores da realidade a qual trabalham, bem como são aqueles /as que vivenciam a cotidianidade de seus/suas educados/as e participam ativamente na realidade comprometendo – se politicamente e socialmente com o seu trabalho. Para Freire em seu livro Pedagogia da Autonomia Educador/a é: “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que o conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (FREIRE: 1996, P.12) Assim, o/a educador/a popular construirá, junto com o grupo que atua ferramentas para que possam se organizar para lutar pelo seus direitos, objetivando a libertação consciente dos sujeitos.

¹² Entidades que atendem: Educação Infantil, SASE, Famílias, Trabalho educativo, Aprendizagem, Abrigos, PSDs.

Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/cmdca/>

jovens e suas famílias nas Creches Comunitárias e em programas sócio educativos. Estes serviços compõem a Rede Municipal de atenção à infância e juventude que é distribuída por todas as regiões da cidade, concentrando-se nos espaços urbanos mais empobrecidos, oferecendo seus serviços às famílias em situação de maior vulnerabilidade no processo de exclusão social. É nesse viés, que se justifica a necessidade de formação docente pautada pela Educação Popular.

Partindo da premissa de que não é possível ensinar sem aprender, soma-se que é impossível sonhar por uma formação pautada pela Educação Popular sem construir e vivenciar uma pedagogia da participação. Para Pedro Demo a Participação é conquista, pois:

(...) Dizemos que a participação é conquistada para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (1993, p. 18)

As propostas da construção de cursos para formação de Educadores/as Populares foi fruto de um determinado contexto histórico, conflitos, esperanças, sonhos e mobilizações de profundo significado para a história de Porto Alegre. Para Freire,

Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. Por isso, venho insistindo (...) que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado (...). A utopia implica essa denúncia e esse anúncio (...) A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua. (FREIRE: 1997b, p.47).

Nesse sentido, a busca por formação em Educação Popular associou – se num “processo de conscientização” (FREITAS: 2004 p.147) por meio do diálogo coletivo que, efetivamente levou a resultados significativos transformando o cotidiano de muitas instituições. Sabendo que “a educação não é a alavanca da transformação social, mas sem ela essa transformação não se dá” (FREIRE:1997 a, p. 35) a associação busca trabalhar em rede pautando a importância de uma educação que problematize e emancipe de forma respeitosa. Desta forma a conscientização como processo dá-se coletivamente, nas trocas e somas de saberes comunicando-se em diferentes áreas com diferentes setores permeados pela educação. “A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade. (FREIRE: 1979, p.15)

A formação do/a educador/a dentro de uma concepção da Educação Popular está referenciada pela importância da participação, que “do ponto de vista dos setores progressista, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação” (BORDENAVE:1983, p.12). É essa participação que leva ao processo de conscientização, “elemento central da concepção libertadora da educação, uma vez que o ato de conhecimento, nesta perspectiva, implica uma aproximação crítica da realidade” (FREITAS: 2004, p.150)

O principal foco da atuação da AEPPA é a busca por formação de seus/suas educadores/as no sistema regular de ensino, partindo da compreensão do direito que as crianças e adolescentes tem de ser atendidos por profissionais qualificados (as) à luz da Educação Popular. Esse foco esta pautado num processo de conscientização, onde educadoras/es assumindo o papel de sujeitos/as sociais comprometidos/as em transformar uma dada realidade, percebem-se como agentes produtores/as de saberes, sendo este perceber chamado por Freire de “tomada de consciência”, caminho a conscientização:

Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE: 1979, p15).

Esse trabalho permeado pela participação, construção e mudança se constitui como processo de conscientização percebido pelo “olhar mais crítico possível da realidade” (idem, p.17), tornando essa tarefa uma pedagogia do inédito viável que dialoga com as práticas sociais dos/as educadores/as populares. Assim, a tomada de consciência crítica destes/as educadores/as movimenta-se na construção coletiva da conscientização.

A conscientização é mais que uma simples tomada de consciência. Supõe, por sua vez, o superar a falsa consciência, quer dizer, o estado de consciência semi-intransitivo ou transitivo-ingênuo, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada. (...) O papel fundamental dos que estão comprometidos numa ação cultural para a conscientização não é propriamente falar sobre como construir a idéia libertadora, mas convidar os homens a captar com seu espírito a verdade de sua própria realidade...(FREIRE, 1979, p.46)

A Educação Popular em POA no que se refere à formação tem como pressuposto norteador a concepção freireana¹³ de educação, aquela que tem em seu processo

¹³ Originou-se do sobrenome do Paulo Reglus Neves Freire que nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife – Em 1997 Faleceu no Hospital Hospital Albert Einstein, em São Paulo, no dia 02 de maio, vítima de um infarto. Deixou 3 filhas e 2 filhos e viúva Ana Maria Araújo.

também a formação política. Essa visão educacional começou a ocupar um “lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é em si próprio, um movimento educativo” (GOHN: 1994, p.16).

Desta forma, essa caminhada está relacionada ao desejo pela mudança de uma dada realidade, que Freire chamaria de realidade opressora, onde busca-se, por meio da ação coletiva, a emancipação dos/as educadores/as. Assim, a construção da Educação Popular no campo da formação docente é pautada por eixos norteadores, dentre eles: política, direito, Inclusão, democracia, participação, trabalho, etc. Esses eixos trabalham na perspectiva da unidade na diversidade como ferramenta da própria luta por formação.

2. AEPPA: TRAJETÓRIA PELA BUSCA POR FORMAÇÃO DOCENTE DAS/OS EDUCADORAS/ES POPULARES

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. (...) É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber (...). (FREIRE, 2002 p.12)

Ao falarmos sobre a formação de educadores/as é necessário situar a questão a partir de um prisma histórico social que o constituiu dentro da perspectiva da Educação Popular dentro de um contexto, político e pedagógico. A formação de educadores/as e a organização popular são aqui discutidas a partir da referência em Educação Popular (EP) que se firma numa concepção de educação que norteou a busca por uma Pedagogia da Educação Popular fundamentada nas experiências das educadoras/es Populares de Porto Alegre e nas experiências de Paulo Freire.

A associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA¹⁴ (2000) tem como bandeira a busca por qualificação docente, cuja luta nasceu de um movimento organizado pelas educadoras, chamadas de tias da Região Glória / microrregião 5, também marcada por uma forte história de mobilização popular em torno das questões da educação infantil. Segundo GOHN (2001, p.30) “existe um aprendizado que não é mensurável mas observável nas lideranças”, e esses saberes¹⁵ foram os quais levaram esse grupo de educadoras populares se organizarem. Essa forma de organização é a realização da formação humana integral, Freire chamou de “formação permanente”, ou seja, é formar seres humanos em processo de constituir uma consciência crítica de quem são mulheres/homens de direitos.

¹⁴ A AEPPA é uma pessoa jurídica, legalizada, que fortalece e dá credibilidade nos espaços onde as/os educadoras/es atuam.

¹⁵ O livro de Tardif (ver referência)traz a discussão sobre o saber dos professores em seu trabalho e o saber dos professores em sua formação.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem da sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE: 2001 a .p.12)

A formação permanente que implica a qualidade busca incansável das/os educadoras/es populares foi o desafio primordial, visto que essa formação tinha um recorte: Educação Popular. Segundo ZITKOSKI (1996, p. 76) “uma característica primordial do ser humano é o *inacabamento de seu ser*, por meio qual nos afirmamos como um projeto existencial aberto ao futuro”, assim, a formação permanente como projeto de vida profissional das/os educadoras/es é sem sombra de dúvida a busca revolucionária para que a educação seja permanentemente reinventada. Para FREIRE (2002, p.22), “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital”, por isso pensar na formação permanente na Educação Popular representa uma reconstrução da “cara da escola” em todos os seus níveis e modalidades.

A revolução com “caráter eminentemente pedagógico” (FREIRE: 1987, p.31) e político percebida nesta trajetória permeia-se pela identidade das educadoras/es populares onde a educação é vista como processo inacabado de construção, buscando constituir-se numa revolução cultural que é a continuação necessária da ação cultural dialógica a ser realizada no processo anterior à tomada do poder.

(...) implica (...) que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade (...) Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo.(...) a conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação- reflexão. (...) a conscientização é um compromisso histórico. (FREIRE, 1979, p.15)

Assim, a AEPPA ao inserir-se na busca pela formação docente de maneira crítica e solidária, constrói história, assumindo-se como movimento de refazer o mundo educacional na perspectiva da Educação Popular, onde formação problematizadora e conscientização são processos inseparáveis, em que “conscientização, compreendida como processo que integra organicamente a criticidade, a curiosidade e criatividade” (FREITAS: 2004, p.227).

Essa curiosidade, criticidade e criatividade fizeram com que a partir das “situações-limites” educadores/as buscassem por meio de a AEPPA ultrapassar as dificuldades na busca de “inédito-viáveis-” como possibilidade de solução a problemática advinda por

falta de formação, sendo, portanto,” algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora (...) O “inédito- viável” é na realidade uma coisa inédita. (FREIRE: 1997 b, p.106).

Por conseguinte, o sonho almejado de forma ousada pelas educadoras/es populares é o “inédito-viável” que a partir das situações-limites implicou a relação teoria e prática, assim se constituindo: “ação-reflexão-ação”. Desta forma, os sonhos, as esperanças, as lutas, as conquistas como processo de mudança e transformação provam que a história é possibilidade, não determinista, logo o futuro é “problemático”, não “inexorável”, assim o/ educador/a popular “progressista deve estar sempre em mudança” (FREIRE, 2001, p.61) continuamente reinventando as teorias, as suas práticas e tornando-se um educador e uma educadora pesquisador/a que cria e recria dentro de um contexto cultural, político, pedagógico, social e histórico.

Para melhor contar a história da AEPPA, segue-se daqui em diante uma leitura de seus próprios documentos¹⁶, que vai contemplar a releitura da historicidade de Porto Alegre, já mencionada anteriormente. A memória histórica deste movimento registrada em documentos da associação é pela primeira vez discutida em nível acadêmico, logo se fazem necessário destacar a importância de mencionar falas que estão ora documentada em cadernos ATA, outro em relatórios, também às vezes, relatos orais. Esses registros contêm uma capacidade de leitura crítica da realidade a qual foi constituída a associação. Aí a importância do registro como forma de organização do trabalho com educação popular, pois a partir dele pode-se contar com a prática teorizada a partir das experiências que passa se materializar como ato não somente pedagógico, mas político e social.

Este projeto de Educação Popular tem buscado desde a década de 90 potencializar efetivamente as vivências do trabalho em Educação Popular, buscando por formação permanente e o aprofundamento teórico das relações entre os movimentos e organizações populares e Estado. Nesse sentido, a AEPPA tem em seu percurso o objetivo de viabilizar parcerias para garantir um processo de formação permanente, com ênfase na Educação Popular, para assim, qualificar a atuação dos/as Educadores/as Populares de Porto Alegre na perspectiva freireana de Educação.

O processo de conhecer faz parte da natureza mesma da educação de que a prática chamada educação popular não pode fazer exceção. Numa perspectiva

¹⁶

Trechos retirados do arquivo Documental da associação – Histórico

progressista, a educação popular não pode, por outro lado, reduzir-se ao puro treinamento técnico de que grupos de trabalhadores realmente precisam. Esta é a maneira necessariamente estreita de formar, que à classe dominante interessa, a que reproduz a classe trabalhadora como tal. Na perspectiva progressista, naturalmente, a formação técnica é também uma prioridade, mas, a seu lado, há outra prioridade que não pode ser posta à margem. (FREIRE, 1997b, p.68)

Nesse sentido, a formação em Educação Popular, como compromisso coletivo com a construção de conhecimentos libertador articulado com as dimensões éticas, políticas, pedagógica e estética está permeado numa pedagogia do Movimento Social onde reinventar o currículo de cursos formadores de educadores/as é entender,

A formação da classe trabalhadora, na perspectiva progressistamente pós-moderna, democrática, em que me ponho lhe reconhece o direito de saber como funciona sua sociedade, de conhecer seus direitos, seus deveres; de conhecer a história da classe operária; o papel dos movimentos populares na refeitura mais democrática da sociedade. A história de seu país. A geografia, a linguagem ou, melhor dito, a compreensão crítica da linguagem, em suas relações dialéticas com pensamento e mundo; linguagem, ideologia, classes sociais e educação. (FREIRE: 1997b, p.68)

Foi no ano de 1993 que em Porto Alegre, com a implantação dos primeiros Conselhos Tutelares, mais especificamente na Microrregião cinco, acontecia uma grande discussão em torno da temática da educação, principalmente na área da educação infantil, pois este era o público em maior situação de vulnerabilidade social, tanto que iniciava neste período, um grupo de educadoras na região Glória que se organizavam em prol de suas condições de trabalho, enquanto educadoras populares em creches comunitárias.

Posteriormente, já não era apenas as educadoras da região Glória que buscavam melhores condições de trabalho, mas sim, também educadores/as de outras regiões, que situavam em bairros próximos, com um grande número de vilas e com uma população de baixíssima renda. Quanto à realidade da população atendida nestas instituições comunitárias, a sua grande maioria era oriunda das localidades populares em que as famílias viviam em situação de vulnerabilidade social deprimente, pois sofriam dificuldades múltiplas, seja de saúde, educação, habitação, entre outras.

Assim, é importante trazer como registro que as educadoras (mulheres), chamadas de tias desenvolviam atividades enquanto mãe e voluntárias e suas responsabilidades pedagógica, mesmo sendo reconhecidas como “tias” e não educadoras, estava para o Cuidado e Educação das crianças. Este trabalho de cunho social foi um marco histórico na caminhada educacional na gênese da Educação Popular da capital gaúcha, principalmente no que tange a luta por formação docente.

Voltando a relação tia/educadora, a terminologia, tia, em relação às trabalhadoras em Educação Popular, foi um ponto de partida na busca pela formação, visto que está não tenha sido o motivo principal das diversas mobilizações, mas foi também pauta para reflexão das educadoras, a esse processo chama-se de “consciência crítica” caracteriza-se pela profundidade na interpretação das situações-limite:

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos; é o perigo das revoluções quando deixam de ser permanentes. Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação. (FREIRE: 1979, p.16)

O considerar “as tias” e não as professoras ou educadoras é ainda hoje pauta de estudo e diálogo na AEPPA, pois este tema faz parte da história da busca da formação para educadoras populares. Nesta nomenclatura há uma postura política, social, cultural e histórica, onde chamar, considerar, reconhecer e reduzir a educadora/professora “à condição de tia” (FREIRE: 1997, p.9) é uma ação de cunho ideológica. Educadora reconhecida simplesmente como tia é vista pela sociedade como mulheres amorosas, logo devem trabalhar por amor, ou seja, devem trabalhar voluntariamente ou por uma pequena ajuda de custo (voluntarismo).

Porquanto, a esta realidade, infelizmente, ela ainda está presente na realidade educacional, mesmo após treze anos da Lei de Diretrizes da Educação Brasileira, ainda encontramos educadoras/es que desenvolvem seus trabalhos em Educação Popular de forma voluntária, com baixos salários e ou por uma ajuda de custo.

Desta forma, o/a educador/a militante desenvolve ações política, sociais e pedagógicas na busca por mudanças transformativas através da organização, participação compromisso, mobilização e pesquisa, já o/a educador/a voluntário/a normalmente não tem esse compromisso político permanente com o trabalho o qual está envolvido. Segundo MORETTI (2008, p 266), “a militância vista a partir de Freire é a de quem se prepara e se organiza para a prática, é a de quem luta por direitos e protesta contra as injustiça”, e ao contrário dessa prática educativa está o/a ativista e sectarista, aquele/a educador/a que se diz voluntário/a e que desenvolve sua ação pedagógica de forma acrítica, fatalista e antidialógica. A ação ativista é aquele trabalho diário realizado sem nenhuma reflexão, ou seja, é atuar sem pensar, sem planejar a transformação da

prática docente.

O/a educador/a militante assume um compromisso para com a construção de inédito-viáveis, luta pela emancipação e desafia-se a denunciar injustiças e anunciar formas de superá-las a partir do engajamento político de homens e mulheres, isto é o próprio processo de encontro coletivo com a conscientização, porque ela,

(...) nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em “fator utópico”. Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico. (FREIRE, 1979, p.16)

Contudo, foram às mulheres, mães, educadoras chamadas de “tias” e algumas lideranças comunitárias que se preocuparam com as crianças dos bairros populares de Porto Alegre na busca de alternativas para o cuidado e educação de crianças oriundas da classe popular. São as cidadãs e cidadãos que reivindicaram por essas demandas baseadas/os “em interesses de coletividade de diversas naturezas” (GOHN: 1994, p. 16).

A luta por formação docente tem implicado no discernimento e tomada de posição, permeada pela assunção de “rigoriedade metódica”. Assim, formar educadores/as capazes de se organizarem na procura pelos direitos, que desenvolvam a indignação frente aos privilégios, que questione o desrespeito aos direitos humanos, que respeitem a diversidade e a singularidade, que possuam criticidade na construção de “um outro mundo possível”, esteve presente na pauta que vai além da preparação para o trabalho docente.

A AEPPA surgiu da necessidade e da luta, não qualquer luta, mas uma luta política contra a opressão, a favor das classes populares e das suas condições de oprimidas (os). Ao movimento, digo que ele é um “caminhando”, com significado, suor e de histórias, que tem percorrido e que permanece percorrendo em busca dos sonhos possíveis, porque “para nós, a AEPPA significa projetos, pesquisas, sonhos, aprendizados e utopias”, é, portanto, uma luta que leva a realização de sonhos, não qualquer sonho, mas muitos sonhos de amplitude comunitária e de reconhecimento legítimo social, político e cultural.

Outra discussão realizada no início informal das atividades da Associação de Educadores populares de Porto Alegre – AEPPA foi à inclusão e garantia de qualidade nos serviços prestados para as famílias dos bairros mais carentes da cidade, bem como

a importância da permanência das crianças nos diferentes espaços educacionais de proteção. Estas discussões e movimentos resultaram em muitas paralisações na cidade de Porto Alegre, demarcando como início da organização política em prol da formação para as Educadoras/as Populares que atuavam em entidades comunitárias de Porto Alegre, especialmente do bairro Glória.

A AEPPA, em diálogo com as diferentes esferas públicas, realizou a primeira ação alternativa a demanda da cidade de Porto Alegre no que se referiam à formação dos/as educadores Populares. Constituiu-se uma comissão para pesquisa-ação cujo papel era o de pesquisar quais instituições escolares oferecia Curso Normal em Porto Alegre. Esse trabalho educativo na perspectiva de formação político-pedagógica de mobilização social tinha por objetivo socializar os conhecimentos e práticas de Educação popular em diálogo com os conhecimentos científicos – o “saber de experiência-feito” somado ao saber sistematizado cientificamente.

No entanto, a comissão, buscando cumprir com seu papel, na primeira tentativa de diálogo não obtiveram êxito em função das características dos cursos: horários, custos e conteúdos não eram contemplados a demanda das educadoras/es populares nestes espaços pesquisados. Não desistindo, a mesma comissão constituiu um Grupo de Trabalho (GT) para problematizar as situações-limite, porque entendia que o curso que desejavam teria que levar em conta os conhecimentos adquiridos com a experiência do trabalho – “saber de experiência feito” - logo esse curso deveria ter um currículo significativo, que, portanto, se articulasse com a experiência de vida e trabalho .

As/os educadoras/es populares buscavam conhecer mais profundamente o universo dos seus trabalhos, para além da realidade física - estrutural, re-conhecendo seu modo de ser e fazer para além daquilo que se via. Assim, as/os educadoras/es buscavam uma escola que valorizasse tudo isto, que problematizasse e teorizasse as diferenças entre educação escolar e não-escolar para que, assim pudessem identificar a identidade da educação popular naquele contexto. Conforme Freire, “Então cabe aqueles cujo sonho político é reinventar a sociedade ocupar o espaço das escolas, o espaço instituição, para desvendar a realidade que está sendo ocultada pela ideologia dominante, pelo currículo dominante”(FREIRE, 1987, p.29).

Na caminhada por curso de formação superior que abordasse a educação popular, buscou-se desvendar suas múltiplas formas e possibilidades de trabalhar a educação popular (escola, associação, ONGs, creches, etc.). As possibilidades de

articulações: teoria e prática presentes nessa dimensão cultural, histórica, social, política e ética foi prioridade para o grupo de educadores/as oriundas da AEPPA em pensar, escrever e buscar um curso que contemplasse essa pluralidade de práticas educativo-sociais.

O grupo de educadoras/es buscava alternativa a problemática que atravessava a realidade educacional de POA (falta de formação) e nesse sentido, a trajetória da AEPPA tem em sua identidade lutas – conquistas – lutas, entre esse movimento, a reflexão-ação-reflexão. Nem mesmo após as inúmeras tentativas permeadas por muitas dificuldades de encontrar subsídios para a prática educacional em espaço não escolar, não fizeram com que educadoras/es desistissem da luta. Os muitos “nãos” recebidos lhes davam força para permanecer na caminhada em nome da qualidade educacional em espaço comunitário, o que mais tarde, as/os educadoras/es descobriram que aquilo que desejavam denominava-se “Educação Popular”. Essa força de se articular em busca de novos desafios está conectada com a prática político-pedagógica dos/as Educadores/as Populares que se articulam de forma organizada lutando por inclusão social, dignidade, respeito e libertação.

Pois isto mesmo, que a resposta negativa não foi motivo de desistência, e sim de desejo de ir além com articulação, e para tanto, esta mesma comissão começou a participar das reuniões do Orçamento Participativo e a discutir a temática nos diferentes espaços, colocando a demanda das Educadoras/es Populares sempre em pauta. Partindo, desta tomada de decisão os/as educadores/as, através de encontros, reuniões seminários e questionários, discutiam e apontavam como queriam seu próprio curso de formação, e a esperança de construção de um curso voltado à demanda, representou nesta caminhada a utopia e o sonho relacionados às dimensões: Política e Estética, em que por esta ousadia e perseverança as educadoras/es possuídos/as por uma energia de luta e garra, encontraram em seus caminhos aliados de segmentos organizados da cidade que sonharam junto e até hoje são amigos e parceiros na construção de novos caminhos.

Assim, as práticas de luta, mobilização, sonho e esperança de uma Educação Popular para a libertação dos oprimidos (as) é compreendida como instrumento de militância Política, em que ao mesmo tempo é “um ato de intervenção no mundo” (FREIRE: 2002 p.42), estando ligada à possibilidade de novas buscas, como de fato ocorreu: Ano 2000, demarcado de consciência Política e Social, como agentes de opções, onde os/as educadores/as perceberam que após tantas mobilizações era

necessário à fundação da primeira entidade representativa dos Educadores Populares de Porto Alegre – A AEPPA. Esse engajamento político do/a educador/a popular nos movimentos sociais refere-se além da política de formação, mas também no reconhecimento e valorização do profissional da educação.

Faz-se importante destacar, que AEPPA não assumiu uma postura ingênua acerca da sua fundação, tampouco da sua caminhada, pois se sofreu muito, assim como, sonhou-se bastante, mas também se aprendeu muito com os sentimentos e com as correlações. Aprendizados estes, que possibilitou escolham olhares, lutas e práticas educativas e sociais libertadoras.

Para enfrentar o problema da formação profissional das educadoras e educadores infantis, a SMED vinculou a discussão do problema à estruturação do Sistema Municipal de Ensino(...) o investimento na formação em serviço compôs a alternativa das creches comunitárias.(...)As educadoras que não tinham o ensino fundamental puderam fazê-lo nas turmas de educação de jovens e adultos e às egressas do ensino fundamental foi oferecida formação em nível médio por meio da instituição do Curso Normal oferecido pela Rede Municipal de Ensino. (AZEVEDO: 1997, p. 230 e 231)

A primeira conquista da associação deu-se no ano de 1999 - 2000: A parceria na elaboração e concretização do Curso Normal com um Currículo especial, para o atendimento ao público alvo com o qual os Educadores/as Populares interagiam. As escolas que se fizeram história na trajetória da AEPPA foram as Escolas Municipais: Emílio Meyer e Liberato Salzano.

Para qualificar a formação específica em nível médio, pelo Curso Normal, a SMED implementou o Centro de Formação, Aplicação e Pesquisa de Educadores Populares que contemplou prioritariamente a formação profissional dos educadores das creches conveniadas e do movimento de alfabetização Porto Alegre. (AZEVEDO: 1997, p.231)

A partir da organização popular, Educadores/as Populares se constituíram como profissionais autônomos/as, protagonistas de sua história, reflexivos, sensíveis e comprometidos com a Educação Popular.

Após a primeira conquista concreta, entre os anos de 2001 a 2005 trezentos e vinte educadores/as, atuantes em programas sociais e assistenciais, em creches, em Serviço de Atendimento Sócio - Educativos - SASSES, Movimento de Alfabetização - MOVA, oficinas de Capoeira, de Música, Artes – concluíram sua formação em nível técnico/curso normal. Educadoras/es passaram a participar de diferentes movimentos a fim dar continuidade nos estudos e reivindicarem maior qualidade da educação popular nesses trabalhos de educação-não escolar. Desta forma, as educadoras e educadores se

constituíram num grande coletivo passando a perceber que pela participação poderiam encontrar o caminho para a construção de novos inédito-viáveis.

Estes Educadores/as Populares permaneceram na Luta com novos projetos sempre baseados nas leis educacionais vigentes. Entre as mobilizações no ano de 2002, destaca-se a segunda conquista da AEPPA, o Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, onde 150 educadores/as, no final de 2006, concluíram suas formações em nível superior. É importante salientar que os/as Educadores Populares/as permaneceram desenvolvendo trabalho educativo nas instituições comunitárias, ora em docência, ora em coordenação das creches comunitárias.

No mesmo sentido do compromisso com a formação de educadores e educadoras populares, a Prefeitura de Porto Alegre construiu um convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul para a realização de um curso de Pedagogia em Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, em regime especial, voltado às necessidades das instituições conveniadas (AZEVEDO: 1997, p.232).

A AEPPA buscava trabalhar com articulações entre os diferentes movimentos sociais, cujos resultados significativos relevam uma metodologia da participação com dimensão educativa, cujo objetivo sempre esteve voltado para problematizar a história do passado e presente a fim de construir um futuro de novas possibilidades, o “inédito-viável”:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que meu "destino" não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (FREIRE: 2002, p.22)

A construção ano a ano foi reformulando-se, renovando-se e desafiando-se a novas conquistas, com práticas voltadas à pesquisa, projetos, coletividade e parcerias. Em 2005 a associação teve sua terceira conquista: Convênio entre IPA E AEPPA. Conforme Letícia Guedes, atual presidenta da AEPPA: “Atualmente contamos com Educadores/as Populares estudando tanto nos cursos de licenciaturas, quanto nos cursos de bacharelado”. Dentro dessa parceria destaca-se que o curso de Pedagogia, para contemplar a realidade do trabalho das/os educadoras/es populares inseriu disciplinas no campo da educação popular.

No mesmo ano, foram criados os núcleos da AEPPA tendo como objetivo

organizar os Educadores/as Populares de acordo com sua demanda específica de cada local ou área de atuação. Cada um dos núcleos tem representante /coordenadores/as do trabalho que é escolhido por eleição. Esse processo organizativo encaminha-se para novas conquistas dentre elas a busca pelo reconhecimento e valorização do/a educador/a popular.

A busca por direitos de forma organizada possibilitava pensar e construir uma pedagogia que respondesse os desafios da educação comunitária de Porto Alegre, visto que educadores/as já compreendia que sonhar era recusar todo tipo de acomodação. Entretanto, FREIRE (2001b, p.85) falava da “utopia como uma possibilidade (...) como necessidade fundamental do ser humano”.

Ainda em meados de 2005 e 2006 a AEPPA se fortalece com a quinta conquista: A Parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e Ministério da Educação e Cultura - MEC, colocando 126 educadores/as em um curso elaborado com e para eles/elas: Pedagogia – ênfase em Educação Popular, cuja formatura aconteceu em 30 de janeiro de 2010. Esse curso foi pensado pelas educadoras e educadores populares, onde as/os mesmas/os buscavam um novo inédito viável, aquele que respondesse a realidade das instituições comunitárias de Porto Alegre.

As/es educadoras/es para participarem do processo de seleção ao curso deveria ser sócio/a da AEPPA, ser trabalhador/a efetivo/a em instituição comunitária com registro no CMDCA- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e ou no CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social, ter concluído o curso normal em escola pública ou como bolsista e ter participado do ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio.

A partir dos grupos de estudos, reuniões e debates constituiu-se uma comissão para construção da parceria interinstitucional envolvendo as seguintes instituições: a entidade de luta por formação docente na cidade de Porto Alegre, a Associação dos Educadores Populares – AEPPA, o Conselho Municipal de Educação – CME, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Esse curso de licenciatura em Pedagogia – ênfase em Educação Popular teve a duração de oito semestres (4 anos). O mesmo ofereceu duas habilitações: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, nasceu o curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular, entre utopias, sonhos, pesquisa e participação.

No ano seguinte, 2006, a AEPPA percebe a necessidade de uma organização interna em termos estruturais para que pudesse dar conta das demandas da educadoras/es Populares da capital gaúcha, pois havia necessidade de um espaço próprio para a organização das assembleias, reuniões, grupos de estudos, oficinas e quem sabe realizar o sonho de constituir uma biblioteca das/os educadores/as populares, porém a associação não possuía recursos financeiros nem mesmo para a compra de uma sede. Assim, um determinado grupo de educadoras/es perceberam que se fazia necessário realizar um planejamento estratégico para a instituição, pois “não era mais possível continuar a caminhada desta forma” (Histórico AEPPA). A esta realidade concreta e a sua proposta de planejamento todos/as os/as sócios/as chegaram a um consenso e a partir deste momento, o grupo coletivamente organizou-se, para a realização do planejamento de re-estruturação para a AEPPA.

Assim, ao longo dos meses de março a junho de 2006, ocorreram encontros com os diferentes núcleos da AEPPA, para discussão, construção e reflexão quanto aos objetivos pontuais da associação, onde 113 educadores/as fizeram-se presentes na construção deste planejamento Estratégico participativo. Ao final dos encontros, uma Comissão de Formação organizou de forma coletiva a organização de um seminário, resultado dos encontros de cada segmento. A metodologia do trabalho esteve na perspectiva da Educação Popular cuja discussão esteve pautada pelos princípios da participação, diálogo e registro. A este evento, deu-se o nome “Seminário de Educação Popular da AEPPA – Quem ama planta, fala educador!” Este Seminário aconteceu nos dias 14 e 15/07/06 com a presença de oitenta e quatro (84) participantes, dentre estes representantes a AEPPA contou com a presença das universidade/escolas com os quais a associação possui parceria.

No Seminário de Educação Popular da AEPPA – “Quem ama planta, fala educador!” foram discutidas, construídas, e sistematizadas as diretrizes elaboradas no decorrer do ano, que nesta data as mesmas passaram pelo processo de diálogo, discussão, avaliação, aprovação, reprovação e também reconstruídas a partir da junção de todo o grupo de aeppanos/as. A estes resultados, a AEPPA norteou o seu fazer social, político e pedagógico, pois as diretrizes foram às ferramentas para potencializar o trabalho da associação.

No mesmo ano a AEPPA conquistou mais uma entidade parceira: Instituto de Educação Superior Seigné com uma bolsa de estudos para o curso de Pedagogia, em

que os tramites iniciais a esta parceria se deu pela ousadia e autonomia de uma das sócias da AEPPA.

Já no ano de 2007, educadoras e educadoras formadas (os) em Pedagogia pela UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul demandaram a busca de mais um sonho necessário à prática em Educação Popular nas entidades comunitárias de Porto Alegre, o curso de pós-graduação referenciado nas raízes das nossas origens: Educação Popular. A esta demanda foi constituído mais um núcleo da AEPPA: Pós- graduação, cujo grupo percorreu meses do ano de dois mil e sete se auto-organizando para estudar, pesquisar, escrever e escolher qual curso se fazia necessário, a partir das vivências enquanto trabalhadora/os nas instituições comunitárias porto-alegrense, para qualificar suas práticas sociais e educacionais.

A partir de uma comissão de elaboração do Projeto do possível, ocorreu um grande debate por qual curso contemplaria a demanda de POA: Curso de Gestão ou psicopedagogia, ambos com ênfase na Educação Popular. No correr das reuniões, estudos e debates foi consenso à escolha do [Curso de Pós-graduação em Educação Popular e Gestão em Movimentos Sociais](#). Essa escolha levou muito esforço, ética, vontade, pesquisa e organização efetiva dos/as sócias, bem como de parceiros/as para a conquista deste sonho possível é resultado de uma intensa investigação temática a respeito das situações-limites e possíveis inédito-viáveis, pois aprendeu-se na coletividade que não podíamos “assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos”. (FREIRE: 2002, p.10).

No dia oito (8) de dezembro de dois mil e sete (2007) o curso foi apresentado na íntegra em uma reunião da AEPPA, onde se fizeram presentes neste momento histórico o Conselho Municipal de Educação (CME), Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (ASAFON), Comissão da construção do projeto de pós somado a representante da primeira e única turma de formadas (os) em Pedagogia com currículo que contemplou a Educação Popular da UERGS, Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), [Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente](#) e a vereadora Sofia Cavedon.

E, assim, a AEPPA conquista mais um desafio – um inédito-viável que permitiria que educadores/as pudessem qualificar suas práticas a partir de um curso que dialogava com o contexto das realidades das instituições comunitárias. A proposta foi aceita pelo

[Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente](#)¹⁷, cuja protagonista deste movimento foi professora doutora Mérli Leal. O curso desenhado, sonhado, planejado e reformulado participativamente revela que a Educação Popular hoje tem jeitos/ formas diferenciadas, e que nesse particular, pode-se dizer que os autores e autoras substituíram o lugar dos atores e atrizes, pois perceberam que não necessitavam de interpretes constituindo-se, portanto como protagonista de suas histórias.

Outro desafios das instituições AEPPA e “ Brava Gente” foi o de buscar uma universidade parceira para certificar os/as educadoras/es populares do curso Pós-graduação em Educação Popular e Movimentos Sociais, cuja entidade que aceitou o desafio foi o Instituto Superior de Ivoti- ISEI. A diretora do Instituto Brava Gente conseguiu firmar uma parceria com a ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Alegre, onde seu espaço¹⁸ passou a ser cedido para a realização do curso, pois a partir das parcerias que concretizamos esse projeto.

Desta forma, a AEPPA se constitui, entre os seus limites, possibilidades e desafios. Dentre as dificuldades está a questão da sustentabilidade da associação, a possibilidade de continuação/permanência dos cursos para formação de educadores/as a luz da Educação Popular, como é o caso do Curso da UERGS e da PUC. Abaixo, apresento um quadro que historiciza o movimento aeppano. Esse quadro denomino de “Quadro do inédito-viável”:

¹⁷

<http://www.bravagente.org.br/>

¹⁸

Avenida Alberto Bins, 549, conjunto 301, Porto Alegre-RS.

3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EDUCAÇÃO POPULAR FRENTE AOS DESAFIOS

A palavra “Participação” e “Organização” são princípios da AEPPA e são entendidas como “Práticas da Liberdade”. A Educação Popular no Brasil, historicamente tem como protagonistas, mulheres, homens e crianças das camadas populares da sociedade, a AEPPA tem como protagonista as educadoras e educadores populares de POA, cujos pressupostos norteadores do trabalho estão voltados à educação comunitária, popular/social, como se queira denominar.

As palavras que identificam a AEPPA são ações presentes no cotidiano de muitas das educadoras e educadores, que são também militantes que pleiteiam organizativamente e participativamente a construção de uma “Pedagogia dos Sonhos Possíveis” em prol de um bem coletivo.

A AEPPA, representada muitas vezes pela gestão ou comissões de sócios e grupo de trabalhos, leva para os espaços de discussão sobre educação o debate em torno da Educação Popular, construindo, quando necessário, uma contra proposta, discutida e organizada de forma coletiva. Nesse movimento de participação coletiva e representação, muitas sócias e sócios auto convocam-se a participarem da gestão assumindo- se como sujeitos (as) da história no debate Poder Público e Sociedade Civil.

Em todas as sociedades a educação é um dos mais efetivos instrumentos de controle social, a Educação Popular vem constituir-se como novo paradigma, como efetivo instrumento de emancipação, visto que inexiste neutralidade nesse processo, ou se educa para opressão ou para a libertação. A educação popular tem a clareza de que a política faz parte do contexto, pois são indissociáveis, logo é impossível pensar a educação ao lado da neutralidade. A AEPPA desde sua criação de forma informal nega

apoliticidade do ato educativo.

A AEPPA percebe ao longo de sua trajetória que todo processo educativo tem uma dimensão cultural, política, pedagógica e ética que instrumentalizam a ação do educador/a na prática profissional. Estas são as dimensões pelas quais muitas vezes as/os educadores/as vivenciam, mas só as percebem no debate, na reflexão e no coletivo. À medida, em que a AEPPA foi tomando clareza de seu papel sempre ao lado de muitos desafios resultantes das dificuldades, o processo educativo e social articulava-se com os diferentes saberes oriundos de movimentos sociais de Porto Alegre. Esse processo de inter-movimentos perpassa a dimensão política e social, entendendo que a educação sozinha não pode transformar a sociedade.

A AEPPA sendo representada por sua diretoria buscou priorizar o planejamento participativo para que os desafios e dificuldades, bem como as conquistas fossem construídas e vividas no coletivo. A marca das últimas gestões foi o de compartilhar decisões e responsabilidades, mesmo com todas as suas dificuldades buscava-se um trabalho gestado com e não para os educadores e educadoras populares.

Desta forma o planejamento participativo: “... é um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas mas os próprios rumos que se deve imprimir... Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora (...) de um todo que vai fazendo sentido à medida em que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão, e à medida em que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo” (GANDIN: 1988).

Os discursos que apareciam fora dos muros da associação eram discutidos em reuniões levando em conta o sentido político daquilo que se escuta e se fala, percebendo que “do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político” (FREIRE). Ao considerar que a educação tem uma natureza de atividade de cunho político, Freire atribui ao ato educativo que a educação é política.

A própria educação traduz através de sua prática oficial, os seus interesses políticos de classes, (dominadora ou libertadora) seja para a reprodução ou para transformação. Nessa visão, a AEPPA tem tentado traduzir-se em um espaço para emancipação através da problematização das práticas sociais das educadoras e educadores populares.

Nos bairros de Porto Alegre é comum, encontrar o povo comunitariamente

organizado com os seus grupos locais de ação e de representação, sob o prisma da auto-ajuda. Esses movimentos (associação, fórum, conselhos, ONGs, etc.) normalmente está disposto a lutar para transformar as suas realidades. No caso da AEPPA que se constitui uma entidade da cidade, até hoje tenta somar-se aos movimentos locais comunitários.

Atualmente, a cidade e Porto Alegre nas suas redes de atendimento direto e indireto são atendidos por mais de 2.400¹⁹ educadores/as populares, que desempenham funções sociais de educação e cuidado, recebendo baixos salários e sem ou com pouca formação pedagógica. Esse dado revela o quanto é relevante e legítima a luta organizada dos/as educadores/as através da AEPPA, enquanto entidade de luta pela formação inicial e permanente dos/as seus /suas sócios/as.

As educadores/as, a maioria oriundos/as da comunidade onde trabalham, percebem o quão se torna importante a formação permanente ao lado do compromisso político e social na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Para a AEPPA a caminhada de busca por formação, reconhecimento e valorização é um processo de reinvenção da historicidade da Educação Popular, cuja metodologia explicita uma relação de construção comprometida com a concepção libertadora da educação e das classes populares da cidade de Porto Alegre.

As/os educadoras/es fazendo parte do contexto social interagem com a realidade cotidianamente de seus trabalhos percebem a necessidade de teorizar tal prática, assim a associação se compromete de forma coletiva lutar não mais apenas pela formação, mas também pelo reconhecimento e valorização deste trabalhador e desta trabalhadora. Em nome desta causa concreta, constitui-se grupos de trabalho, discussão e debate, chamado na AEPPA de núcleos temáticos. Essa organização faz parte de um processo de gestão democrática.

A posição de fazer junto tomada como princípio metodológico demonstra que a AEPPA passa a ser um instrumento de luta e trabalho numa perspectiva emancipatória. Os/as agentes aeppanos assumiram-se coletivamente a função social de reescreverem a educação popular no campo da formação docente, logo o papel de mulheres e homens comprometidos/as pela Educação Popular torna-se, também é um ato de amor, esperança, de sonhos, de politicidade, e de ação-reflexão-ação. É a partir do diálogo participativo que o processo de mudança inicia-se, pois desafio está nos grupos

¹⁹

Fonte: documentos AEPPA.

aprenderem a dizer a sua palavra, que é “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa aprendizagem” (FIORI, in FREIRE, 1987, p.7).

Assim, entre membros o crescimento é mútuo, pois cabe a gestão tornar o espaço social um lugar de conhecer participativamente. No que se refere ao posicionamento crítico consciente, aquele que vai além do pensar se constitui no saber construído pela experiência social é o processo de aprender a fazer com a participação é percebido como inacabado, pois: “a participação enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania se acha relação direta, necessária, com a prática educativa progressista” (FREIRE, 2001 a, p.37)

A gestão em sentido amplo, mas falando especificamente da AEPPA tem uma opção de classe e uma opção política, a de defender as/os educadoras/es populares no seu reconhecimento e valorização, de defender que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos das classes populares possam freqüentar espaços educativos de qualidade. Essa função da AEPPA foi construída de forma coletiva, na luta organizada e nos espaços de discussão.

Neste contexto, a AEPPA²⁰ é um espaço de ensino- aprendizagem, de luta, movimento e de diálogo, onde o aprender para Educadores/as Populares é processo contínuo. A esperança é renovada dia-a-dia, estando presente em cada ação, porque toda construção na associação é oriunda da participação, portanto passa a ter um sentido na/para a vida de quem é AEPPA, pois “A participação não se aprende pela leitura de textos, nem assistindo conferências ou preleções. Ela se aprende PARTICIPANDO” (BORDENAVE: 1986, p.120).

Para ANDREOLA (2010: p.282) a questão da leitura de mundo é “um dos grandes temas geradores da obra de Freire” e por isso para a questão da formação contextualizada na gênese da educação popular o mundo precisa ser redesenhado a partir de uma concepção humanizadora, amorosa e respeitosa para com a vida.

Em relatos coletados, é possível identificar alguns parâmetros gestionários a

²⁰ PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA: Profissionais que prestam atendimento em trabalhos sociais e assistenciais na área da educação (Educação Infantil, MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos, EJA – Educação de Jovens e Adultos), na área da Assistência Social (SASE - Serviço de Apoio Sócio Educativo, SASE Travessia, Trabalho Educativo, Agente Jovem), na área da cultura (oficinas de música, capoeira, artes).

AEPPA se constitui. A construção de uma AEPPA popular e democrática configura-se pelos diferentes olhares: eternos e internos, sendo esses ouvidos, debatidos e problematizados. Em todas as gestões da AEPPA sempre houve seus limites e dificuldades como em qualquer outro espaço organizativo e representativo, mas tem superado suas situações-limite por meio da co-gestão, cujo um dos principais compromissos das gestões aeppanas está o de enfrentar os desencontros entre a teoria e a prática. Na percepção da prática da AEPPA podemos, vários elementos de contradições e desejos aparecem na reprodução, a seguir, de relatos de três mulheres: (1) gestora ex-presidente, (2) outra visitante; (3) sócia. As entrevistas e relatos serão identificados pelas referências 1.G, 2.V e 3.S, sucessivamente. As três mulheres são educadoras, apenas uma delas não se intitula educadora popular, a 2.V.

Relato 1 G:

Eu trabalho na AEPPA, onde sou presidente das duas instituições". A AEPPA tem como objetivo principal buscar e defender os interesses dos sócios que são educadores populares de POA. (...)Eu sou na AEPPA uma das sócias fundadoras e atualmente estou presidente da mesma. Sou quem representa os sócios que fazem a AEPPA, faço isso com muito amor e dedicação, apesar de muitas coisas já ter acontecido nesta construção, momentos de muita angústia, mas que após caminharmos juntos na busca de realizações de sonhos de Formação, consigo agora perceber que aqueles educadores que estão caminhando juntos e construindo a AEPPA, realmente são aqueles que tomaram sua decisão e posição em fazer a diferente da prática da Educação Popular. (...)Não consigo no meu eu separar a prática que realizo com as duas associações, pois em um trabalho diretamente com educadores e na outra com educadores e educandos, elas estão no meu EU, me fazem enquanto profissional, mulher, mãe, companheira. Penso que corro riscos mas com Paulo Freire nos diz no livro Pedagogia da Autonomia, temos que ser seres comprometidos em garantir os direitos dos educados e nossos enquanto educadores.(...) O sonho pode ser meu, mas é coletivo também, pois aprendi que trabalhar em grupo é difícil, mas é preciso que realizemos esta prática, pois sozinhos não temos forças para dar o próximo passo". Encerro destacando que nós EDUCADORES temos em nossas mãos um tesouro precioso e a nossa ESPERANÇA precisa estar bem perto nós, não a coloquemos distante, pois aprendi que somos capazes de construir muito.

Relato 2.V

O que me chamou atenção foi a forma como são expostas os problemas, as modificações, lutas e conquistas. A democracia é algo que se sobre sai em meio à tantas mentes diferentes, mas com idéias iguais. O orgulho com que cada integrante ou participante expõe ao relatar as conquistas alcançadas do próximo, mostra que a união faz a força, demonstrando a inexistência de uma hierarquia de qualquer forma de competitividade.

Relato 3.S

No meu ponto de vista, o principal papel da AEPPA é de fato a busca por formação continuada para as trabalhadoras/es em instituições Comunitárias, bem como o

trabalho de resgate da identidade das Educadoras Populares, pois historicamente nós, brasileiros/as desvalorizamos a profissão de professor/a, então imagine você, o trabalho da educadora Popular, que na sociedade é visto com "tia". A essa visão elitista, percebo que a imagem atual do/a educador/a é ferramenta de trabalho da AEPPA. Para início de resgate, a associação trabalha a formação, que além de elevar a auto-estima do/a educador/a Popular, também possibilita a busca de uma valorização em termos de salário. Outra questão desenvolvida na instituição é a questão da formação política que se discute qual é o papel social e educativo das/os Educadoras/es Populares. Para você ver, as temáticas são amplas, pois se discute desde a formação inicial do/a trabalhador/a, até as questões que norteiam a política da Cidade de Porto Alegre. Talvez esteja aí O PAPEL de destaque da AEPPA, discussões que transcendam o espaço, o que na verdade já vem sendo discutida a cada encontro realizado, em que a cada desafio, um desejo de não perdemos a capacidade de mobilização. O que fazemos e lutar por formação, consciência Política, salários melhores, assim como as condições de trabalho digno e popular, sempre para reconhecimento do trabalho do/a educador/a estando em consonância com as leis vigentes.

Percebo o distanciamento entre o que é estar comprometido com a Educação Popular e por isto buscar a formação continuada, com aquilo que se tem em algumas realidades, que é o fazer voluntário ou por se tratar de um "bico" ou projeto temporário, onde o trabalho educativo passa a ser produto (mercadoria). Por outro lado, os dirigentes de algumas entidades têm práticas como estas, pelo fato de não possuírem informação e formação quanto à importância do trabalho de Educação Popular e por isto não dão tão importância no desenvolver as atividades educativas e sociais. (...) a terceirização é uma forma de privatizar as entidades de forma camuflada (disfarçada), por isto, a importância da formação política e consciente dos dirigentes para que possam ter um olhar amplo frente a esta tendência. A AEPPA não é a favor deste movimento (terceirizar o trabalho), porque para nós, os/as educadores/as já estão pra lá do Terceiro Setor, estamos no Quinto.

A organização do processo de gestão da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre está vinculada aos processos de luta e participação dos movimentos populares de Porto Alegre. A constituição deste movimento deu-se a partir da caminhada das educadoras que pensava em formação para as educadoras/es populares desde 1993, mas foi a partir de uma notícia no jornal que o grupo se mobilizou para estudar como enfrentar a situação-problema, pois a busca por formação ficou mais intensa quando saiu uma nota em um Jornal sobre a LBDEN, onde constava que todas/os as trabalhadoras/es em educação infantil teriam que possuir no mínimo, formação de Curso Normal.

É fato que esta trajetória se iniciou com um grupo de mulheres que foram à luta pelos seus ideais e que somente por um longo processo de lutas sociais conseguiram se constituir como um grupo que reivindica formação docente nos moldes da Educação Popular. Desta forma, a historicidade da trajetória da AEPPA está nas mobilizações, reivindicações e paralisações.

O principal objetivo da Associação é que se tenha uma formação que ofereça

espaço de trocas entre os pares, ou seja, de ensino-aprendizagem com proposta metodológica na educação popular. Busca-se alcançar esses objetivos através de encontros de estudos, reuniões e seminários. A organização desses encontros é realizada pelos/as próprios educadores/as nos princípios de uma gestão compartilhada a fim de:

1. Fortalecer os grupos enquanto fóruns de decisão;
2. Democratizar do Acesso, ampliando o atendimento à demanda de Porto Alegre;
3. Buscar uma nova qualidade da Educação Popular garantido o protagonismo das educadoras/es ;
4. Garantir a Permanência das educadoras e educadores na AEPPA;

As principais conquistas da AEPPA são:

- Curso Normal nas escolas: Emilio Meyer e Liberta Salsano;
- Graduação em Pedagogia na UERGS;
- Diferentes cursos de graduações no IPA/RS;
- Curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular na PUC/RS;
- Curso de Pedagogia Cursos de Extensão no ISES;
- Curso de Pós Graduação em Educação Popular e Gestão em Movimentos Sociais no Brasil pelo Instituto Brava Gente;

A AEPPA justifica a importância de oferecer cursos de formação continuada aos seus associadas/os, tanto para aqueles/as que estão em processo de formação quanto aqueles/as que ainda estão à espera, e é na construção de projetos juntamente com suas educadoras e educadores, que a AEPPA tem conquistado direitos.

A diferença dos direitos individuais, a reivindicação de “direitos sociais” está profundamente ancorada na história humana [...]. A constituição de mecanismos de justiça social num mundo de indivíduos, isto é, num mundo em que o indivíduo é o único sujeito legítimo de direitos (SORJ: 2004, p. 35).

Ao longo da gestão da instituição buscou caracterizá-la pelos princípios freireano, norteando a caminhada de luta com discussão, reflexão, pesquisa e construção participativa do conhecimento.

Assim, os temas abordados nos cursos de formação devem e busca-se que sejam orientados pela prática de trabalho das educadoras e educadores e que desta forma se contemple a realidade das diferentes instituições Comunitárias e beneficentes dos

bairros populares de porto Alegre.

A associação é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário e vice-secretário, segundo Estatuto da AEPPA, mais Conselho Fiscal e coordenadores/as de núcleos. Atualmente a instituição conta com vários núcleos, a saber: núcleo de educadoras/es da EJA, da PUC, da Educação Infantil, dos Anos Iniciais, da Música, do IPA, da Pós, dos Sem Faculdade, etc.

A construção da gestão democrática na instituição AEPPA tem por finalidade construir uma gestão compartilhada com seus pares, mas esta finalidade tem ocasionado algumas dificuldades por alguns motivos tais como a falta de recursos financeiros para custear gastos com passagens e lanches para educadores/as que exercem funções dentro e ou para associação e a falta de Sede Central para Educadores/as, bem como falta de espaço para organização mínima de infra-estrutura da entidade.

Para FREIRE (2001c) mudar a cara da escola, no intuito de torná-la popular, alegre e séria, exige participação.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (FREIRE: 2001c, p.16)

É partindo desse entendimento que a postura da associação é a de organização em núcleos temáticos, seja de interesse e ou de exercício profissional, como por exemplo, há um núcleo dos “sem bolsa”, pessoas que ainda não acessaram a formação titulada, e nesta organização os/as educadores/as reúnem-se nas assembléias e bimestralmente com seus pares para estudarem, debaterem e delinearem o que pretendem estudar, que dificuldades encontram no exercício de suas profissões e como encontrar alternativas de qualificar seus trabalhos.

O entendimento da participação na associação nos princípios da gestão compartilhada é desenvolvido com o envolvimento de todos/as sócios/as, onde o fazer exige a convicção de que a mudança é possível (FREIRE: 1996, p. 30). Este fazer na AEPPA tem relações estritamente com a realidade em que as/os educadores/as desenvolvem seus trabalhos de educação popular, sendo por isso tão importante trabalhar a gestão compartilhada na construção dos projetos coletivos.

O processo de democratização na construção de projetos dentro da associação

ocorre por meio de adesão voluntária dos/as sócios/as, tendo em vista que esta organização é direito e dever dos/as sócios/as, segundo o Regimento Interno da AEPPA. A elaboração dos projetos na instituição aqui relatada origina-se de um movimento de educadores/as que lutam por aquilo que acreditam ser o melhor para si e para as instituições as quais trabalham. O processo de democratização pressupõe o acesso dos diferentes grupos de interesse que compõe a associação na construção de projetos que reivindique soluções/alternativas para suas necessidades. Desta forma, o meio mais eficaz e participativo nesse trabalho de elaboração de projetos foi de constituir nas assembléias grupos de educadores/as interessados na construção de projetos.

Em princípio as educadoras/es, na sua maioria, desconheciam as regras gerais para a construção de projetos, e a solução imediata, foi a de se constituir grupos de estudos para aprender como se procede a elaboração dos mesmos. Aí está uma demanda da AEPPA, a de conseguir uma formação de Elaboração de projetos sociais.

A elaboração dos projetos dentro da AEPPA tem como linha norteadora a Pesquisa Participante, onde os/as sócios/as, que já conhecem suas realidades, passam a estudá-las, ou seja, aprendem a “ escrever a sua história de classe” (BRANDÃO: 1999, p.:11). A construção de projetos, por parte das educadoras/es, tem possibilitado as/os mesmas/os a tornarem-se pesquisadoras/res de suas histórias, onde todas as etapas básicas da elaboração de projetos são pensadas por um grupo de educadoras/es e esse procedimento é um processo de formação permanente que promove a consciência crítica e autonomia dos seus participantes.

A identificação dos temas é a própria demanda dos/as sócios/as, e a elaboração dos projetos dá-se por grupos, como já dissemos anteriormente, e estes têm o compromisso de dar o “feedback” para os demais sócios em assembleias gerais. Esse “feedback” é uma das etapas da elaboração de projetos, onde existe a possibilidade de discussão e reformulação destes, como diz Pedro DEMO (1988, p. 45) “tendo formado consciência crítica e autocrítica, segue a necessidade de formulação de uma estratégia concreta de enfrentamento de problemas”, tais como divergências, complementações, negociações, etc. O chamado “feedback” é conhecido dentro da AEPPA como a práxis: ação- reflexão- ação.

Com o espírito de uma gestão democrática e compartilhada, a partir de pesquisa participativa, a AEPPA vem construindo metodologias para a construção de seus projetos, tais como:

- Observações e estudo de documentações/assessorias da AEPPA e dos sócios/as;
- Relatos escritos e orais das sócias/os;
- Questionários;
- Visitas de acompanhamento dos/as sócios/as;
- Participação de sócios na elaboração de diferentes projetos;
- Reuniões;
- Outros registros;

A mobilização das educadoras/es que efetivamente participam da gestão compartilhada da AEPPA somam singularidades, ao mesmo tempo em que convocam outras educadoras/es a participar do processo de construção da entidade. Esse ato implica no desejo de participação de projetos significativos, tendo para isso, o ato de conhecer presente nesse percurso de gestão. Por sua vez, a comunicação efetiva e transparente se faz necessária para que se possam definir os problemas a serem resolvidos no âmbito de uma mobilização efetiva.

Assim, a descentralização das construções de projetos tem oportunizado aos/às sócios/as a conhecerem melhor sua entidade representativa e se tornarem co-responsáveis e co-participantes da história administrativa da AEPPA. A realidade da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre é uma característica que se remete ao contexto social da historicidade dessa organização, onde a maioria das educadoras/es são oriundas/os da classe C e D, são mulheres, moradoras/es dos bairros populares da capital gaúcha e muitas/os ainda sobrevivem com salários baixíssimos. Sobre estas realidades, uma das lutas deste movimento é o enfrentamento das diferentes dificuldades vivenciadas na associação, dentre elas: manutenção e qualificação do atendimento aos/as sócios/as da AEPPA.

Sobretudo, prioriza-se assegurar o direito a formação dessas/es educadoras/es em processo de qualificação no sentido de que haja não só o acesso, mas sim também a permanência nas instituições de Educação. Conforme dados dos relatórios, escritos pelas sócias/os, estas/es recebem baixos salários, portanto sendo insuficientes para administrarem sua vida profissional e pessoal, e, conseqüentemente, tornando desta forma, inviável uma maior contribuição para a manutenção da instituição. Diante destas necessidades apresenta-se alguns questionamentos:

- Como buscar mecanismo de sustentabilidade aos projetos da AEPPA?
- Como ter condições de manter uma estrutura funcional de qualidade na AEPPA?

- Como garantir a permanência das educadoras/es nas instituições de formação?
- Como qualificar o processo de comunicação entre educadoras/es, representantes de núcleos e diretoria?

As perguntas acima são resultados de dificuldades percebidas ao longo do percurso da associação, e uma das maiores problemáticas é de ordem financeira, em que a associação não conseguiu ainda organizar-se administrativamente nesse sentido. Segundo o Regimento Interno da AEPPA todo/a sócio/a beneficiário com bolsa de estudos deve apresentar semestralmente relatório de atividades desenvolvidas na educação popular e desempenho acadêmico por meio do boletim de notas expedido pelas respectivas instituições de ensino. Para exemplificar trago parte de um relatório apresentado à associação em janeiro de 2009.

(...) Iniciei meu relatório de final de semestre com esta poesia, nela está descrito tudo aquilo que ao longo deste, vivenciei em minha formação e só confirmou o que já pratico na busca de formação dos educadores para que nossos educandos tenham uma educação cada vez mais qualificada. Se para nossos governantes o que vale é o lucro de um empreendimento, então que eles venham constatar os lucros que obtivemos com nossas formações. É preciso que tenhamos garra para que possamos dar continuidade nesta caminhada que enobrece e enriquece nossos conhecimentos na Prática da Educação Popular e Libertadora, a qual praticamos com amor e sabedoria. Continuo trabalhando voluntariamente na AEPPA, mas estou me preparando para fazer alguns concursos. Quero também registrar que participo na Faculdade do Conselho Superior como também do Centro Acadêmico, onde sempre procuro registrar nosso papel na responsabilidade e prática da educação popular e comunitária, também pautando e trabalhando a autoestima do educador. (Faculdades Integradas Sévigné)

Dentre os documentos, a AEPPA tem outros registros que contam sua história, tais como: fotografias, DVD, relatórios, matérias em jornais, relatos por escrito e áudio. Assim, as interfaces das instituições trazem um contexto de participação ao lado de um tipo de planejamento que se configuram a partir da gestão. As mudanças que tem ocorrido a partir dos movimentos sociais organizados tem se traçado o perfil de espaço democrático de educação participativa. Por um outro lado, essas mudanças e jeitos de gestionar estão situados em um plano socioeconômico e cultural de sociedade. O capitalismo que se caracteriza por um jeito de gestão individualista e competitiva é determinante na história das instituições comunitárias (associações, ONGs, cooperativas, etc).

A gestão da AEPPA foi se dando, e não dada, pois a união das mulheres e homens em busca de um direito, o da formação permanente, já se iniciou com a participação, decisão, organização, diálogo, mobilização, escuta direção e participação. Contudo, a associação não sistematizou esses saberes práticos desde o primeiro encontro, mas aos

poucos, por meio, do grupo organizado, os registros foram acontecendo. Isto é resultado do trabalho em grupo, onde o processo, a reflexão, a análise e a construção coletiva de novos fazeres e saberes vão ganhando sentido e por isto necessidade de sistematização. Assim, o ato de escrever deixa de ser obrigação para ser empoderamento coletivo do fazer junto, onde a ferramenta de pesquisa mais consolidada e legítima passa a se dar pelo registro. O valor do registro como atitude crítica de formação com educadores/as, é um desafio permanente à construção de uma educação reflexiva, crítica e emancipatória.

Essa busca de novos modos de fazer chama-se gestão, e como este fazer não foi individual, e sim no grupo, posso acreditar que na AEPPA a gestão participativa andou ao lado do planejamento. Desde o início, questões como: o que fazer, como fazer, com quem fazer, quem vem junto, o que somos, o que queremos foram questionamentos presentes na vida destas educadoras e educadores populares. A busca incansada pelo que fazer exigiu a organização do grupo e posterior a busca de sua autonomia²¹.

Analisar essa trajetória torna-se uma tarefa de estudo, reflexão e compreensão de do contexto histórico e social da cidade, do Estado e do mundo. O planejamento existia, mesmo que naquele período as educadoras não o entendessem assim, mas o processo de planejamento ocorria. Os problemas existiam e com eles as educadoras e educadores buscavam (coletivamente) meios de solucioná-los. Na participação e na resolução de problemas suas características principais se garante um planejamento participativo. No caso da instituição AEPPA o planejamento participativo foi significando a realidade coletiva do público.

A AEPPA é um movimento com histórico constituído no contexto sócio-político baseado na gênese da educação popular, onde os interesses da coletividade das educadoras/es populares têm relações de poder entre estado e sociedade civil. A Associação busca a organização dos/as educadores/as populares, na perspectiva da garantia de qualificação destes/as que atuam em sua maioria na educação infantil e em programas de apoio sócio-educativo. Estas entidades fazem o atendimento com vínculo via Prefeitura de Porto Alegre através de convênios para apoio financeiro e pedagógico. Esta rede conveniada atende aproximadamente 30.000 crianças, adolescentes e famílias nos diferentes programas sociais e educacionais, sendo esta uma das formas para suprir

²¹ Segundo BARROSO (1998, p. 16) a autonomia é um conceito que exprime sempre um certo grau de relatividade: somos mais ou menos autônomos podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

a demanda de atendimento das crianças na educação infantil. As entidades acima referidas dão conta atualmente de 80% do atendimento realizado.

As entidades comunitárias²² da capital gaúcha têm tido o papel de tentar combater à exclusão social de pessoas moradoras nos bairros populares desta cidade, através de diferentes organizações. Essas organizações dão-se por meio de Entidades Comunitárias²³, ONGS e Entidades Filantrópicas, todas cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que atendem por meio de convênios com o poder público ou não. Os salários dos/as trabalhadores/as nas instituições comunitárias, especialmente nas creches comunitárias é baixo, equivalendo a um pouco mais que o mínimo e não há plano de carreira que estimule a busca da formação e a permanência na instituição após adquiri-la.

No caso da AEPPA ela é uma instituição com cadastro no CMDCA classificada como entidade de atendimento indireto e exerce de certa forma o papel do Estado que é o de garantir a formação não só Continuada aos/as profissionais da Educação.

As entidades comunitárias não conseguem garantir profissionais com qualificação, pois ainda contam com educadores/as populares em processo de busca de formação, cuja maioria possui ensino médio, ou em conclusão do mesmo. A baixa qualificação desses/as educadores/as é um dos fatores que dificulta a melhoria do ensino no Brasil, especificamente em Porto Alegre. A AEPPA, em 2009, iniciou a articulação de novas estratégias de enfrentamento as suas situações-limite, dentre elas: a inclusão das educadoras/es populares no Programa Nacional de Formação de Professores-Plataforma FREIRE. A partir dessa política, a AEPPA vem reivindicando pauta com Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e MEC, pensando e propondo uma política de investimento na formação destas/es educadoras/es. Os/as educadores/as que atendem esse público é estimado em aproximadamente dois mil profissionais da educação popular, sendo que 860 destes atuam na educação infantil sem formação em nível superior. Neste contexto, o Plano Nacional de Formação de Professores do MEC é uma iniciativa fundamental que tem auxiliado a atender a demanda por qualificação dos/as educadores/as populares de Porto Alegre.

²² Segundo a Classificação de Instituições de Ensino no Art. 19 da LDBN 9394/1996 existem duas tipologias: públicas e privadas, sendo as Entidades Comunitárias classificadas como Privadas que também possuem classificações.

²³ Entidades comunitárias são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. (LDBN 9394/96, Art. 20)

Desta forma, a associação entre Lutas, limites e desafios vem buscado “a afirmação identitária do trabalhador como um grupo social específico” (SORJ: 2004, p. 39), tornando a educação um lugar de luta reivindicatória de direitos. Para GOHN (1992, p.16), “a educação ocupa um lugar central na acepção coletiva da cidadania”. Contudo, organizam-se grupos temáticos para se estudar as demandas dos diferentes núcleos da AEPPA.

4. ACESSO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE PROFESSORES/AS E EDUCADORES/AS POPULARES.

Desde a década de 90, com a nova LDBN, o curso de Pedagogia desempenha papel importante na carreira do magistério nas diferentes modalidades e etapas da educação Básica. No que se refere à primeira e segunda etapa da educação básica, o curso de Pedagogia se consolida como exigência a formação dos/as educadores/as que desejam atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir dessa lei, onde Educadores/as Populares de POA percebem que para além da exigência da formação inicial e permanente o curso de Pedagogia poderia proporcionar um campo teórico investigativo da educação não escolar.

As educadoras/es populares, partindo primeiramente em função da exigência da LDBN, depois pelo perfil do curso a ser buscado, passaram a projetar como materializar a práxis social e a identidade do/a educador/a popular como pressuposto de um curso de formação superior. Assim, em 2002 nasce o curso de Pedagogia pela UERGS, que origina-se de um movimento de busca e pesquisa pela definição do Curso de Pedagogia que contemplaria a demanda do/a profissional que atua na Educação Popular.

Os/as estudantes, a partir de uma primeira experiência, o curso normal somado a experiência profissional, refletiam sobre qual curso desejavam e conseqüentemente discutiam a importância de valorizar e não dicotomizar a teórico da prática, bem como discutiam sobre o perfil e função do/a Pedagogo/a na educação popular. Assim, a temática em foco: Educação Popular se apresentou como eixo norteador do curso de Pedagogia pela UERGS, resultante de investigação, escuta movimento e luta. Para Conceição PALUDO (2007) a forma como foi pensado o projeto do curso, por áreas do conhecimento possibilitou aos 150 estudantes, um curso projetado para trabalhadores/as da educação popular que qualificasse.

O Curso da UERGS ficou conhecido na AEPPA como a “ turma dos 150”. A elaboração deste curso em PORTO ALEGRE se deu a partir da necessidade de qualificar o trabalho de educadoras/es populares que trabalhavam na educação comunitária de Porto Alegre. Este curso iniciou em 2002 e finalizou-se em 2006, sendo resultado de um movimento de educadoras/es populares e convênio entre Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – SMED e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS.

Esse curso foi criado a partir da iniciativa dos governos estadual e Municipal e iniciou-se no segundo semestre de 2002, sendo destinado a trabalhadores/as da educação infantil da rede conveniada com a Prefeitura, do MOVA(Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), de escolas municipais de educação infantil, associações de moradores e demais instituições que atendiam a educação infantil na cidade.

Para as/os educadoras/es entrevistadas/os esse curso é o resultado de um sonho coletivo e representa a emancipação das trabalhadoras e trabalhadores da educação popular no que tange a construção do conhecimento. Este curso é, no entanto, a concretização de um trabalho conjunto: Educadores/as Populares leigos e educadores/as com formação (professores do curso), que juntos/as vivenciaram quatro anos e meio de intensa trocas de saberes.

Foi a partir desse esforço coletivo (governo e sociedade civil) que se possibilitou que uma parcela de educadores populares obtivessem “o direito à formação superior, pública e de qualidade” (BENETTI: 2007, p.67). Segundo o relato de uma das entrevistas: “o curso significou uma mudança, a realização de um sonho, aprendizados e a possibilidade de ser valorizada como professora”.

Esse inédito-viável é em si inacabado e hoje, inquieta tanto os/as Educadores/as Populares já formados neste curso, como aqueles/as que estão na busca pela formação através de um movimento organizado a recriar esse sonho de construir e oferecer novamente uma graduação de Pedagogia para educadores/as que estão sem formação. Sendo um projeto inconcluso, os quatro educadores/as pesquisados/as falam como poderia ser re-desenhado este curso a partir das experiências no campo da educação popular.

Quanto à parceria com o curso de Pedagogia do Centro Universitário Metodista

IPA a proposta foi de inclusão de membros no curso já existente. O Centro Universitário Metodista IPA é uma instituição filantrópica, de caráter confessional e tem uma política de inclusão de Educadores/as Populares desde a constituição do curso por meio da aplicação de um percentual de seus recursos em bolsas de estudos. Com isso, uma pequena demanda da AEPPA foi contemplada com bolsas institucionais de gratuidade da mensalidade.

O curso de Pedagogia do IPA não foi escrito especificamente para educadores/as populares, mas ouviu a demanda do grupo, inserindo assim disciplinas da educação popular com profissional com alguma experiência neste campo. Uma das disciplinas chama-se “ Educação Popular” e tem como objetivo estudar a obra de Paulo Freire, sua relação histórica, política – social e cultural; aborda atividades de educação popular, espaços de atuação, relações com as organizações comunitárias, movimentos sociais, saúde, arte e cidadania; analisa as práticas de educação popular e educação não formal e a função social do-a educador-a popular.

Já a experiência do curso da PUC a construção deste caracteriza-se pelo movimento de educadoras/es populares numa perspectiva de luta em busca da emancipação. Essa busca deu-se por meio da AEPPA cuja metodologia de constituição do curso estabeleceu-se através diálogo entre AEPPA, instituições conveniadas com poder público municipal e Universidade. Esse inédito diálogo resulta de uma singularidade como diz as professoras deste curso (Pedagogia com ênfase em Educação Popular) ele é à construção e realização de um curso – primeiro e único no país – voltado, inteira e exclusivamente, para a formação de educadores populares.

Para uma das entrevistadas (educadora popular) esse curso “viabilizou a sua transformação”, pois “deixei de ter uma visão ingênua da educação”. Assim, esses cursos possibilitaram, a partir da construção currículos inovadores, a construção de uma outra pedagogia possível: a pedagogia da participação. O direito de “aprender a dizer a palavra” (FIORI, in FREIRE) pressupõe uma relação direta entre participação, cidadania e democracia (STRECK: 2005), visto que somos sujeitos que desejamos sempre “ser mais”, portanto justifica-se a construção coletiva desses cursos com essa vontade ontológica do ser humano de participar. A participação, nesse sentido, requer entender o contexto dessas trabalhadoras/es que na sua maioria são oriundas/os da classe popular, engajadas/os com o movimento popular e que possuem um desejo de construir novas

possibilidades de fazer diferente, ou seja, recriando coletivamente e solidariamente novas formas de fazer educação.

Como bem disse uma das pedagogas/educadora popular formada pela PUCRS, que diz ter superado a “visão ingênua da educação”, este é um desafio da formação de educadores/as populares, e sabe-se que não é tarefa fácil, mas necessária e possível.

REFLEXÕES ACERCA DOS DADOS COLETADO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. (FREIRE: 2002 p.23.)

Primeiramente, se faz importante trazer que o resultado deste trabalho resulta de uma ação coletiva na busca de conhecer a própria realidade, a fim de aprender a escrever nossa própria história. Eu, aqui como mulher, mãe, educadora, autora e pesquisadora incluo-me nesta sensação prazerosa de descobrirmos-nos de forma participativa.

Essa forma de dialogar, problematizar, escrever e re-escrever nossa história é uma forma de realizar leituras crítica da nossa trajetória enquanto trabalhadores/as da e com a educação popular em Porto Alegre. Esse trabalho é resultado de histórias de vida que se constitui como identidade coletiva, onde pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum (BRANDÃO: 1999).

Tendo partido do eixo: “Formação e trabalho” teremos falas significativa que justificam parte da síntese do resultado da pesquisa. A idéia é perceber como aparecem os conceitos atribuídos pelas educadoras/es populares sobre o que é TRABALHO no contexto da Educação Popular. Nas respostas aparecem:

- Uma forma de colocar em prática as experiências e adquirir novas aprendizagens e refletir sobre estás;
- Desafio e responsabilidade;
- Deve ser mediador;
- Não é só forma de sustento, o trabalho que se desenvolve na Educação Popular é uma forma de assunção intelectual e cultural, até mesmo social.

- Deve ser valorizado nosso trabalho na Educação Popular, pois é desprezado no ponto de vista intelectual. Mas do ponto de vista das comunidades a Educação Popular é valorizada.
- As professoras questionam que ganham pouco, mas porque escolheram essa profissão? Educação não é mercadoria.
- Não pode ser voluntário, porque voluntário é finito. Pode ser militante, pois é infinito.
- É fundamental; Importante; dedicação; desvalorizado;
- Desafiador; desafio cotidiano.
- Amor; Gratificante; árduo de muita insistência;
- Conquista; auto-reflexão.
- Uma forma de educar; É acreditar na transformação;

Para os/as entrevistados/as o trabalho com educação popular tem dimensão estética, epistemológica, ética, social, econômica e política. Segundo FISCHER (2010) para Freire o trabalho é concebido tanto na sua dimensão ontológica – como condição do processo de humanização do ser- quanto história, logo, o trabalho para Educadores/as Populares pesquisados/as tem uma relação de movimento entre necessidade, amor, desejo e educação.

O trabalho nesta visão, e tido como práxis humana com sentido de possibilitá-lo a transformação, libertação e emancipação. Para esse grupo o trabalho é responsabilidade, compromisso e rigorosidade, e as educadoras/es deixam claro que existe uma classe, a dos educadores/as populares, e que há necessidade de uma consciência de classe na luta pelo reconhecimento e valorização destes/as trabalhadores/as. Logo, a partir dessas conversas tanto na AEPPA como com os/as sócios/as entrevistados/as foi deliberado à luta por um sonho possível: Um Plano de Carreira para Educadores/as Populares”, entendido neste trabalho como o “inédito-viável” apontado na obra de Paulo Freire.

No entanto, realizar um trabalho em busca da mudança das condições de trabalho dos/as Educadores/as Populares é entender que não há neutralidade científica, política e epistemológica em nenhum projeto, seja de sociedade, governo, educação etc. Assim, os integrantes desta pesquisa conceituam o que é para eles/as Educação Popular a partir de suas experiências como trabalhadores/as e estudantes , a saber:

- O leque é tão amplo. A Educação Popular que tendo conhecimento não

guarda só pra si, é repassado seu conhecimento em qualquer instância.

- Toda forma de educação partindo do conhecimento do outro, de uma realidade que se está vivendo. Pode ser popular tanto na instituição pública como na privada, o que importa é a dimensão que se dá pelos saberes populares.
- É realidade;
- Exercício pleno da Cidadania.
- Educação que valoriza o diálogo, conhecimento da realidade.
- Deve buscar a participação dos sujeitos;
- Diálogo;
- Sonho; Vida;
- Mudança; Intencionalidade;
- Transformação;
- Valorização do saber;
- Cidadania;

Para este grupo de Educadoras/es populares Educação Popular tem um sentido amplo e está em movimento. Desta pergunta resultou respostas com falas significativas onde foram extraídas e transcritas na sua totalidade. Nos relatos a noção de empoderamento está presente como ato social, resultado de ações coletivas e por isto estritamente relacionado com a dimensão estética, ética, política e educativa do/a educador/a popular. Para GUARESCHI (2010, p.147): “empoderamento é o eixo que une consciência e liberdade” e para FREIRE (1987, p.72) “empowerment” tem haver com democracia e vai além da compreensão deste como atividade social, compreendo empowerment como de classe social, não individual, nem comunitário, nem meramente social, mas um conceito de empowerment ligado à classe social. Paulo Freire não reduz o conceito somente às classes sociais, mas trata-se da classe trabalhadora e de suas experiências e nesse sentido, o empowerment no contexto da educação Popular é a construção de mecanismos estratégicos e intencionais na conquista do poder coletivo, sabendo-se que este dar-se-á somente por meio da participação e formação não somente pedagógica, mas também política.

A reivindicação pelo reconhecimento e valorização desses/as educadores/as perpassou em diferentes momentos das conversas durante a produção deste trabalho, pois os eixos: Formação Docente, Educação Popular, Trabalho, Valorização e Reconhecimento se interligaram em todo o processo de diálogo. Quando se perguntou e

problematizou-se que mudanças ocorreram na prática docente com o estudo da educação popular na faculdade obtivemos claramente o quanto se faz necessário trabalhar a práxis nos cursos de pedagogia. Trago as falas mais significativas que justificam a importância de pautar a Educação Popular nos cursos de Pedagogia, sendo elas:

- Pude teorizar a prática.
- Eu já tinha identidade com a área em razão da prática social que realizo no trabalho e na militância, no entanto, foi importante aprofundar conhecimentos sobre a obra de Paulo Freire e a História da educação popular no Brasil.
- Na realidade serviu para ampliar o olhar de uma prática já exercida. Aprimoração dos métodos de um “ mergulho” maior na discussão sobre as concepções de educação bancária e dialógica;
- Forma de olhar para educação Popular;
- Ampliou meus conhecimentos;
- Tudo: minha visão de mundo;
- Reflexão;
- Conhecimento;
- Conheci de forma teórica o que já realizava;
- Pouco, pois já tinha a prática. Poderia ter aprofundado com outras disciplinas ou ter ligação com outros componentes curriculares.
- A visão que tinha sobre educação popular;
- Minha Prática docente;

Os conceitos de educação popular escrito por várias mãos e dialogado a partir das diferentes experiências de trabalho resultam das diversas discussões em torno do que seria educação popular para nós aqui em Porto Alegre. O resultado refere-se à pluralidade das histórias de vida e trabalho enunciada por cada educador/a. Percebeu-se que falar sobre suas práticas foi um momento de grande emoção, prazer e reflexão, pois os/as educadores/as sentiram-se protagonistas construtores de suas histórias e da história de Educação Popular em Porto Alegre.

Durante as conversas, dentre os significativos relatos de práticas em Educação Popular, ao responderem à pergunta: “Quem tem os registros dessas belas histórias?”,

somente dois, dos 12 entrevistados, tem a cultura do registro um por meio de fotografia e outra que vem escrevendo sua história a partir das aulas com uma professora da PUC. A partir das nossas conversas houve um debate e processo de conscientização em torno de como se faz necessário registrar a prática, até mesmo para se lutar pela valorização do nosso trabalho.

Para Ana FREITAS (2010, p.355) “Freire compreende o registro como instrumento de apoio à reflexão sobre a prática” e, portanto para as/os educadoras/es populares pode ser um instrumento de luta pela valorização e reconhecimento dessa classe. Conforme Freire a prática de registrar é aprender, ensinar e pesquisar sobre nossa ação para então possibilitar a reflexão-ação, pois com essa cultura.

Aprenderíamos e ensinaríamos juntos um instrumento indispensável ao ato de estudar: o *registro* dos fatos e o que a eles se prende. A prática de registrar nos leva a *observar, comparar, selecionar, estabelecer relações entre fatos e coisas*. Educadora e educandos se obrigariam, diariamente, a anotar os momentos que mais os haviam desafiado positiva ou negativamente durante o intervalo de um encontro ao outro. (FREIRE: 1997 a, p.56)

Portanto, registrar é mais que um fazer meramente formal, é sem sombra de dúvida uma experiência de reflexão, criticização, avaliação e recriação, logo é desenvolver uma prática profissional política e pedagógica que está serviço de uma educação libertadora que acredita nos sonhos possíveis, que entende, critica, problematiza e recria histórias. Assim, o registro é um valioso instrumento de emancipação, desde que feito com a rigorosidade metódica tendo como pressuposto que escrever numa perspectiva da educação popular não é simplesmente copiar mecanicamente uma experiência por obrigação, mas pensar sobre ela, problematizar, recriá-la e socializá-la.

No que se refere aos aspectos positivos sobre os estudos em educação popular as/os educadoras/as da UERGS trazem: Trocas de conhecimentos; Trocas de conhecimento social; Trocas de conhecimentos para o desenvolvimento da Educação Popular; Troca de saberes. Para as educadoras oriundas da PUC a educação popular no curso foi importante, por que: Fez entender que tem outras possibilidades de atuação na Educação Popular; Percebi os diversos aspectos para educação; Espaços diferentes de atuação; Valorização do nosso trabalho. Já para as educadoras populares formadas pelo IPA estudar a educação popular na licenciatura foi: Reconhecimento da ação na educação popular; Trabalhar e participar da realidade do educando (relação Educando e

educador); Outro olhar para atuação pedagógica; Pude relacionar a minha formação com o meu fazer e aprofundar conceitos por meio de leituras e reflexões; A possibilidade de conhecer outros paradigmas nas relações entre as pessoas e o saber de cada um, durante a preparação para atuar na educação.

Quando foi perguntado o que poderia ter sido melhor foi respondido de forma geral às seguintes contribuições:

- Outras referências teóricas, além de Paulo Freire;
- Mais referências dos Movimentos Sociais;
- Formação docente, sobre os direitos;
- Continuidade do curso;
- Ter trabalhado mais a prática junto à teoria;
- Ter uma infra-estrutura de qualidade;
- Falar mais sobre Movimentos Sociais.
- Discutir a educação social (programas como Ação Rua, etc)

Os Cursos de pedagogia das três instituições trouxeram novas possibilidades de diálogo e estudo a partir das disciplinas que trabalharam a educação popular, segundo as entrevistadas/os a formação deu-lhes as ferramentas mínimas necessárias para atuar nos processos educacionais e sociais em Porto Alegre. No que se refere à abordagem a respeito da educação não-escolar, de forma geral, os/as pedagogos/as acreditam que se faz necessário discutir, pesquisar e trabalhar mais referenciais sobre este eixo, principalmente sobre os programas educativos vinculados a assistência social.

Quando foi problematizado se as/os educadores/as acreditavam que todos os cursos de Pedagogia deveriam contemplar em seu currículo disciplinas e ou componentes curriculares que abordassem a educação popular os/as educadores responderam:

- Sim, porque aborda as questões do trabalho em educação popular;
- Para possibilitar o olhar da educação a respeito de si e dos outros;
- Sim, para transformar a prática docente;
- Ter formas de olhar para educação Popular;
- Entender o que é Educação Popular;
- Pra preparar os educadores a trabalhar com as comunidades.
- Deve ter também disciplina que traga o trabalho do educador social.

Para Ana Maria SAUL (2010, p.109) “currículo é, na concepção freireana, a política, a teoria e a prática do que-fazer²⁴ na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço, numa perspectiva crítica transformadora”. Nesse sentido, ter a Educação popular como componente curricular ou como eixo transversal de cursos de Pedagogia é “mudar a cara da escola”, é portanto possibilitar escolhas de novas formas de fazer educação.

Currículo numa perspectiva da educação popular deve estar estritamente conectado com as relações entre a identidade cultural e profissional do/a educador/a popular, tendo:

(..)um corte de classe social, dos sujeitos da educação e a prática educativa (...) É que a identidade dos sujeitos tem que ver com as questões fundamentais de currículo, tanto o oculto quanto o explícito e, obviamente, com questões de ensino e aprendizagem”.(FREIRE: 1997 a, p.63)

Para o grupo de educadores/as pesquisados/as, cursos que tenham um currículo que se proponham estudar a educação popular deveriam também “discutir o trabalho docente”, pois “quase nenhum curso fala do direito do educador/a”, e desta forma faz-se necessário descobrir e redescobrir, talvez a melhor palavra seja desvelar qual é a identidade desse profissional que atua como “educador/a popular” em espaços não escolares, por exemplo. Quando digo “desvelar” a palavra refere-se a uma descoberta crítica do sentido ser “ educador/a popular na cidade de Porto Alegre” , retirando o “véu” que encoberta o sentido real da atuação do/a educador/a popular. Para uma das entrevistadas, hoje coordenadora de uma creche comunitária “as educadoras populares que trabalham nas creches comunitárias recebem R\$ 504,00 para 40hs semanais e este dado pode ser levado em conta ao estudar a identidade desses trabalhadores”. A essa realidade, a maioria dos cursos deixa a desejar quando se refere à temática: trabalho, formação política, valorização e reconhecimento profissional.

FREIRE (1997a) diz que educadores/as devem “assumir-se plenamente como professoras, como profissionais”, logo esse assumir-se está relacionado não somente com a prática profissional, mas com a formação de educadores/as. Desta forma, assumir-se como profissional vai além de uma formação superior, tem haver com a formação permanente e política de compreender a importância do trabalho desenvolvido por educadores/as populares.

²⁴ Quefazer está ligado à reflexão, é a expressão da práxis.

Os/as educadores/as pesquisados/as dizem que seus cursos (UERGS, IPA e PUC) foram diferentes e tem“ repercutido na prática”, mas reconhecem que estes deveriam ter continuidade (PUC e UERGS) visto que a demanda por formação é grande e que a luta por valorização desse trabalho requer uma formação diferenciada. Assim, a visão de FREIRE ajuda-nos a compreender a importância de uma formação a luz da Educação Popular:

Seríamos, porém, ingênuos se descartássemos a necessidade da luta política. A necessidade de esclarecer a opinião pública sobre a situação do magistério em todo o país. A necessidade de comparar os salários de diferentes profissionais e a disparidade entre eles. (1997a, 35)

Ao falar da identidade dos/as educadoras/es vincula-se este aos eixos como: trabalho, educação e cultura, ou seja a história deste/a trabalhador/a com Educação Popular. Desta forma, inicio descrevendo quem são estes/as educadoras/es que participaram deste estudo: Na maioria são mulheres, quase todas permanecem residindo no mesmo local onde moravam antes da graduação e estão trabalhando em diferentes espaços. Todas/os confirmam fazer educação popular em seus espaços de trabalho, independente do local. Dentre as funções que estes/as pedagogos/as estão exercendo estão:

Identificação dos/as educadores/as formados pela UERGS referente à função exercida e carga horária:

- Servente de escola (concurso) com 40 horas semanais.
- Professora (concurso) com 30 horas semanais
- Merendeira (concurso) com 40 horas semanais.
- Educador social (Rede conveniada) com 40 horas semanais.

Identificação dos/as educadores/as formados pelo IPA referente à função exercida e carga horária:

- Coordenadora pedagógica (Rede conveniada) com 40 horas semanais.
- Gerente FASC; (cargo de confiança) com 40 horas semanais.
- Técnica de qualidade; (Fora da área educacional) com 40 horas semanais.
- Técnica Social Núcleo de Justiça Comunitária (Rede conveniada) com 40 horas semanais.

Identificação dos/as educadores/as formados pelo PUC referente à função exercida e carga horária:

- Desempregada
- Educadora Social (rede conveniada, abrigo) com 44 horas semanais.
- Professora (escola estadual – contrato) com 20 horas semanais.
- Coordenadora Pedagógica (rede conveniada) com 40 horas semanais.

Sobre os salários que estão recebendo estes/as Educadores/as Populares será demonstrada a média salarial do menor valor ao maior por instituição formadora. Ressalta-se que não houve a intencionalidade de classificar as instituições, mas sim, traçar a identidade, trajetória, desafios e historicidade das educadoras/es populares após a formação em nível superior. Desta forma, o resultado da pesquisa com os/as 12 educadores/as, cuja média salarial do grupo formado pela UERGS varia entre R\$ 900,00 a R\$ 1.500, já os/as educadores/as formados pela PUC tem um salário entre R\$700 a R\$900,00 e os/as formados/as pelo IPA está na faixa etária entre R\$1.200 a R\$ 1.500.

Diante deste contexto, Educadores/as Populares ainda encontram-se com dificuldade de serem reconhecidas/os e valorizadas/os como educadoras/as populares graduados/as, pois segundo uma das entrevistadas: “não estou na área, não tem emprego ou oportunidade que reconheça meu esforço”, uma outra educadora desabafa “estou desempregada e só me aparece vaga para educadora de creche – o salário é muito pouco”.

Quando o tema foi: limites e desafio das educadoras/es pesquisados/as, após a graduação, no desenvolver das suas práticas, de forma geral as respostas foram: desvalorização do profissional e reconhecimento do esforço e luta. Por último, dentre muitas conversas problematizadora foi feita a seguinte pergunta: “O que mudou na tua vida após a conclusão do ensino superior em Pedagogia?”, das respostas estão:

- Na minha atuação profissional na área da garantia de direito às crianças e da mediação de conflitos fica muito evidente a falta de conexão dialógica entre as comunidades escolares e o não reconhecimento do outro, como sujeito é um importante obstáculo para a efetiva comunicação. A educação popular abre um caminho para a resignificação deste universo relacional, neste sentido é muito importante na formação de educadores.

- Não sou mais uma educadora sem senso crítico, sei me expressar e tenho uma prática pautada nos referenciais de uma educação Progressista.
- Pouca coisa, pois não consegui emprego melhor, por outro lado sei que tenho conhecimento para discutir a educação popular;
- Melhoria da remuneração e reconhecimento da comunidade;
- A minha visão de mundo se ampliou;
- Passei a ser um referencial para minha família e comunidade.
- Meus objetivos e expectativas;
- Aprendi a valorizar o que faço;
- Mesmo sem atuar como professora, sei que tenho outra concepção de mundo;
- Minha percepção de realidade dos educandos;
- Esperança de mudar, desejo de lutar por uma educação diferente;
- Desejo de lutar pela valorização do educador popular;

Esses/as educadores/as não dicotomizam as relações existente entre: Trabalho, educação Popular e Movimentos Sociais, tanto é que ao perguntar que categorias significativas devem nortear a construção de cursos para formação de educadores/as populares o grupo traz palavras-chaves, a saber:

Formação em Educação Popular	Trabalho	Movimentos Sociais
Apropriação do conhecimento científico.	Empoderamento	Organização
Empoderamento	Compromisso;	Luta;
Problematização	Igualdade;	Autonomia em fazer;
Práxis	coletivo;	Compromisso coletivo;
Prática Popular	Direitos e deveres;	Democracia/participação
Currículo;	Parceria;	Diferença;
Processo inconcluso;	Experiência	Diálogo
Avaliação do fazer;	Emancipação	Revolução;
Trocas de saberes;	Problematização	Solidariedade;
Pedagogia	Saberes	Sonho;
Luta;	Solidariedade	Discursos;
Conquista;	Diálogo	Pedagogia da participação
Revolução;	Trabalho;	Coletividade
Vocação;	Revolução;	Práxis;
Realidade;	Currículo;	Registro;
	Registro	Pesquisa;

Registro; Pesquisa; Esperança; Diálogo; Autonomia em fazer; Ação transformadora Experiência Alegria Identidade Aprendizagens; Compromisso coletivo; Não neutralidade; Pergunta; Políticidade na luta; Crítica Escutar a experiência Cultura; Mediação Democracia/participação Diálogo História de vida; Leitura de mundo; Processo; Interdisciplinaridade;	Prática Popular; Pesquisa; Militância Totalidade Felicidade Respeito Valorização Identidade Reconhecimento Movimento social Coletivo Criticidade Classe social; Pedagogia; Ética; Democrático; Humanizador; Mediação; Paciência/impaciente	Práxis; Prática Popular Poder que emancipa Processo inconcluso Realidade; Engajamento Contexto Mudança; Luta; Mobilização; Ir além; Pergunta; Coerência Problematização; Movimento Liderança; Povo; Mediação; Cidadania Conflito Libertação; Conhecimento; Justiça social;
---	--	--

Sobre essa questão fica evidente que a auto-estima destes/as educadores/as elevou-se no sentido de sentirem-se pertencentes a uma classe social que luta por educação popular e reconhecimento ao lado da valorização deste trabalho. Educadores/as Populares entrevistados/as possuem uma trajetória de luta e reconhecimento de seus trabalhos na e com a educação popular e todos/as manifestaram o desejo de lutar pela continuidade dos cursos tanto da PUC como da UERGS, bem como reivindicam pela valorização do trabalho por eles realizado. Nessa construção das suas histórias, os/as educadores/as reconhecem os avanços a partir do ingresso ao curso superior e os limites após a formação. Todos/as apostam na formação permanente e expõe novos temas a ser abordado, provocando problematização sobre que curso é necessário a formação docente do trabalhador/a na rede comunitária de Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição desta pesquisa está no exercício de sistematização de informações da trajetória de educadores e educadoras em movimentos sociais diversos, auto-denominados educadores/as populares, organizados na AEPPA. Desta associação constitui-se possibilidades concretas de formação. O presente trabalho buscou explicitar as expectativas de conquistas em relação a profissionalização destes/as educadores/as organizados/as no entorno da motivação da formação.

Ao explicitar a trajetória histórica da AEPPA perpassada pelo ideário do pensamento de Paulo Freire, o presente estudo quer contribuir com a explicitação das matrizes teórico-ideológicas que constituem a organização de educadoras e associar esta formação de militância às conquistas também da profissionalização da experiência de trabalho. Toda a fonte dos relatos presente neste estudo é oriunda de atas, registros diversos e relatos orais direcionados pela pesquisadora.

O presente trabalho relaciona o desejo de superação da condição de tia para educadora. Na trajetória de constituição de uma educação formal, as educadoras populares vão instituindo saberes novos e compressão mais ampliada das suas condições de trabalho.

Existe o entendimento dos/as entrevistados/as de que educação popular é possível em diferentes espaços educativos, abrindo assim um campo muito vasto para se discutir a formação inicial e permanente com diferentes eixos transversais. Para tanto, todos/as entendem que a visão de educação popular expressa uma dimensão política, ética, cultural e pedagógica. Os/as entrevistados/as acreditam na importância dos cursos de Pedagogia, sejam para aqueles que se denominem educador/a popular ou não, mas estes cursos devem conter uma pedagogia que aborde a educação popular e suas possibilidades.

O grupo pesquisado percebe o quanto é importante fazer o registro de suas práticas, sendo este instrumento de luta. Trata-se aqui de assumirem sujeitos construtores de conhecimentos que se reconhecem como protagonistas da construção

da educação popular em Porto Alegre. Todos/as demonstraram-se satisfeitos com o curso que fizeram, mas dizem necessitar reavaliá-los, dizem que o movimento social, a AEPPA, é uma ferramenta de luta e para estes/as educadores/as a construção dos inédito-viáveis implica mobilização, engajamento, coragem, ousadia, autonomia e conflito. Tal afirmação justifica-se pela identidade coletiva que o grupo demonstrou possuir no que toca a luta e busca da realização dos sonhos. Assim, esse grupo tem uma identidade coletiva que se expressa nos relatos. Todos/as afirmam que o desafio está em construir e reconstruir alternativas de formação inicial e permanente com ênfase em Educação Popular e lutar pela valorização do/a educador/a popular. Quando se trata movimentos sociais reconhecem a história da AEPPA como entidade que luta por formação.

Um dos desafios de cunho coletivo é buscar através da prática em educação popular dentro do movimento social popular (AEPPA) que educadores/as assumam-se como uma identidade própria, refletindo sobre a sua caminhada histórica, os limites e avanços nesta trajetória. Para tanto, faz-se necessário que o movimento permaneça na luta e caminhada pela liberdade, autonomia, formação e emancipação social.

Essas afirmações desafiam a pensar e discutir sobre os desafios e limites destes/as educadoras/es populares enquanto trabalhadores/as na e com educação popular e pensar sobre como os/as educadores/as que desejam retomar o trabalho na área comunitária podem fazê-lo, mas sendo valorizadas como profissionais. Discutir e lutar pelo reconhecimento do/a educador/a popular dentro de uma concepção de educação popular, a partir de cursos construídos com os/as sujeitos coletivos é resgatar a relação educativa com o mundo do trabalho, no qual a AEPPA, nas suas práticas sociais e pedagógicas, tem o desafio de reinventar novas formas de fazer educação popular .

Desta forma, o compromisso com a transformação e na construção dos inédito-viáveis constitui para este grupo desafio necessário a transformação. O coletivo pesquisado também se percebe como classe trabalhadora constituída por educadores/as populares /social e trazem a necessidade da formação permanente como qualidade do trabalho e de vida. Trabalho aqui entendido na sua dimensão educativa, política e social que a partir da relação com a educação humaniza enquanto produz conhecimento coletivo.

Por fim, fica evidenciado que se faz necessário lutar e construir uma Pedagogia da Participação nos espaços que se faz Educação Popular, e que cursos de Pedagogia devem trabalhar a educação popular em seus diferentes contextos e a questão do trabalho docente como forma de promover também formação política de educadores/as, ou seja, precisamos reinventar novas pedagogias. Logo, para concluir este trabalho, que desde já avalio como inacabado, dialogo com o educador popular Paulo Freire para sistematizar o alimento que vem nutrindo o movimento de Educadores/as Populares:

Continuemos a pensar um pouco sobre a inconclusão do ser que se sabe inconcluso, não a inconclusão pura, em si, do ser, no suporte, não se tornou capaz de reconhecer-se indeterminado. A consciência do mundo e a consciência de si inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem história, sem por ela ser feito, sem cultura, sem "tratar" sua própria presença no mundo, sem sonhar sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEPPA: Associação dos educadores Populares de Porto Alegre. Disponível em <http://aeppa-poa.blogspot.com/>. Acesso em 20 de março de 2009.

AGUIAR, Márcia; SCHEIBE, Leda. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2010.

ANDREOLA, Balduino. MUNDO In Dicionário Paulo Freire/ Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. O processo do Conhecimento em Paulo Freire. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.18, nº 1, p.40, 1993.

AZEVEDO, José Clóvis de, Reconversão Cultural da Escola: Mercoescola e Escola Cidadã. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

_____. Educação e neoliberalismo. In: Revista Paixão de Aprender, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, SMED, nº 9, 1995.

BISSOLLI DA SILVA, Carmem Sílvia. Curso de pedagogia no Brasil: História e identidade. Dissertação de mestrado. Marília: Unesp, 1999.

_____. Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia no Brasil: um tema vulnerável às investidas ideológicas. Disponível em <http://www.ced.ufsc.br/pedagogia/Textos/CarmemBissoli.htm>. Acesso em fevereiro de 2010.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é Participação. São Paulo. Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. De Angicos e Ausentes: quarenta anos de educação popular./Porto Alegre:MOVA-RS;CORAG,2001.

_____. e STRECK, Danilo (orgs.). Pesquisa Participante: a partilha do saber. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986.

_____. O que é Educação. São Paulo, brasiliense. 10ª Ed. 1983.

- _____. O que é o Método Paulo Freire, 10ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- _____. Pensando a Pesquisa Participante. Pesquisa participante. 7.ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- _____. Repensando a pesquisa participante. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- BRASIL, MEC. Resolução CNE/CP Nº. 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em fevereiro de 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- CASTRO, de Madeira Denise, FISS, Luzzardi Maria Dóris, FONTEBASSO, Maria Rosa (orgs.) Formação de professores: histórias, memórias e educação popular – Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 2007.
- DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1993.
- FIORI, Ernani M. Aprender a dizer a sua palavra. In Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FISCHER, Maria Clara Bueno. Trabalho . In: Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança, Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979b.
- _____. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire , 1979.
- _____. e . Essa Escola Chamada Vida: Depoimentos ao Reporter Ricardo Kotscho. 10ª Ed, São Paulo, ática, 1999.
- _____. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. Educação, O sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). O educador: vida e morte, 3. Edição. Rio de Janeiro, 1983.

- _____. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Ed.10, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- _____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: paz e Terra, 2002.
- _____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.
- _____. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. Pedagogia dos sonhos possíveis; Ana Maria Araújo Freire organizadora – São Paulo: Editora UNESP, 2001b.
- _____. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2001a.
- _____. Professora sim, tia Não: cartas a quem ousa ensinar. Editora Olho d'Água, SP, 1997a.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Pedagogia da Conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores 3ª edição Porto Alegre 2004.
- _____. Registro. In Dicionário Paulo Freire/ Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Práxis. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez e Instituto Paulo Freire, 1995
- GANDIN, Danilo. Escola e transformação social. Rio de Janeiro : Vozes, 1988.
- _____. Planejamento como prática educativa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1985.
- GOHN, M. G. da. Educação Não-Formal e cultura política. São Paulo, Cortez, 2001.
- _____. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. Projetos societários e políticas sociais. In: Caderno Ideação nº3- 2º seminário: A sociedade Civil e a construção de políticas Sociais no cenário mundial, 2003.
- GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. MORETTI, In: Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- HYPÓLITO, Moreira Álvaro; GHIGGI, Comercindo. Trabalho Docente. In: Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- LANNI, Octavio. Dialética e Capitalismo: Ensaio sobre o pensamento de Marx. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1982.
- LUCE, Betariz Maria, MEDEIROS, de Pedroso Letícia Isabel. (org.) Gestão Escolar democrática: Concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

- MACHADO, RS Carlos; MARTINS, Anália; MELLO, Marco (Orgs.). Educação na cidade de Porto Alegre: IPPOA – Instituto Popular Porto Alegre: Cempthom, 2004.
- MELLO, Marco (org). Paulo Freire e a Educação Popular. Porto Alegre: IPPOA; ATEMPA, 2008.
- MORETTI, Cheron Zanini. Militância. In: Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.
- PALUDO, Conceição. In: Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.
- PAULO, Fernanda. A História de Luta e Organização de um Movimento Social, chamado AEPPA: Associação de Educadores Populares de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/aeppa31476971750ace8.doc>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico; tradução de Angelina Peralva. RJ, Paz e Terra, 1977.
- RIBEIRO, Marlene. Trabalho- Educação. In: Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck, Euclides Redin e Jaime J. Zitkoski (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- SANTOS. B. S. Por Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm
- SORJ, Bernardo. A Democracia Inesperada: Cidadania, Direitos Humanos e Desigualdade Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004,
- STRECK, Danilo Romeu e BRANDÃO, C. Rodrigues (Orgs.) Pesquisa Participante. O saber da Partilha. SP: Idéias e Letra., 2006.
- _____. Educação para um novo contrato Social. Petrópolis, RJ: vozes, 2003.
- SUSIN. Maria Otilia Kroeff. A Educação Infantil em Porto Alegre: Um estudo das Creches Comunitária. Porto Alegre, 2005. (Dissertação) <http://hdl.handle.net/10183/6732>
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ZITKOSKI, Jaime José. In Dicionário Paulo Freire, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- _____. Paulo Freire & A Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.